

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS
EQUIPAMENTOS SOCIAIS - INFÂNCIA

REDE PÚBLICA DE CRECHES

MAIO DE 2009



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. O contexto Europeu, Nacional e Regional	3
2.1 A Evolução da Natalidade versus Envelhecimento – Portugal na Europa	3
2.2 A Situação da Cidade de Lisboa no Contexto Nacional	7
2.3 O Emprego Feminino	13
2.3.1. O Contexto Europeu	13
2.3.2. Evolução em Portugal	14
2.3.3. Lisboa face, ao País e à Região	15
2.4. Políticas Públicas pró Natalistas	15
2.5. A criação de uma Rede de Equipamentos Públicos	22
2.5.1. O Programa PARES	22
2.5.2. O Programa POPH	23
2.5.3. Objectivos para a cidade de Lisboa	24
3. Metodologia	24
3.1 Base Demográfica	25
3.2 População alvo e área de Influência	25
3.3 Definição de Rede Pública, taxa de cobertura e dimensionamento	26
4. Caracterização da Rede Pública de Equipamentos Existentes na Cidade de Lisboa	26
5. Diagnóstico	32
6. Proposta de Redução de Carências	35
7. Metodologia de Completamento e Monitorização	39
8. Actualização e Revisão	40

Anexos

1. Planta – Equipamentos existentes e propostos - Carências a satisfazer - Cenário 2007
Esc: 1/40 000
2. Planta - Síntese dos equipamentos existentes, propostos e carências – Cenário 2007
Esc: 1/20 000
3. Planta – Equipamentos propostos – Cenário 2007
Esc: 1/40 000
4. Planta – Equipamentos existentes - Localização
Esc: 1/45 000
5. Planta – Equipamentos existentes – Capacidades
Esc: 1/45 000
6. Planta – Equipamentos existentes – Taxas de cobertura
Esc: 1/45 000
7. Quadro – Carências por freguesia
8. Quadro – Estimativa populacional para a cidade de Lisboa em cenário de 2007 por freguesia
9. Lista de equipamentos existentes por freguesia - 2009
10. Lista de equipamentos existentes por código - 2009
11. Fontes e Bibliografia

Equipa Técnica

NOTA PRÉVIA

As presentes Orientações Estratégicas surgem como uma 1.^a fase da elaboração da Rede Pública de Equipamentos Sociais, em que é sistematizada a informação de base e o diagnóstico da Rede Pública de Creches para o cenário actual, considerando-se fundamental não só uma rede equilibrada de equipamentos de proximidade, como também a garantia de aumento da prestação de bons serviços, para uma vida urbana efectivamente de qualidade.

Para a elaboração da Rede de Equipamentos Sociais – Infância, respeitante às Creches, foram identificados os equipamentos da cidade que integram a Rede Pública, isto é, equipamentos oficiais, de Instituições Privadas de Solidariedade Social, da Santa Casa da Misericórdia, ou outros não lucrativos e de acesso não restrito.

As presentes Orientações Estratégicas assentam na adopção da mesma base demográfica que serviu de base à elaboração da Carta Educativa de Lisboa e da Carta de Equipamentos de Saúde, já aprovadas, e da Carta do Desporto em conclusão, elaboradas em cumprimento do art.º 127.º do PDM em vigor, levando em conta exclusivamente a população estimada para a cidade em 2007.

As presentes Orientações Estratégicas constituem portanto uma 1.^a fase da elaboração da Rede Pública de Equipamentos Sociais, que virá a integrar futuramente o PDM cujo processo se encontra em curso, incorporando esta nova abordagem da categoria de equipamentos de apoio à população.

REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS – INFÂNCIA

1. Introdução

A importância que tem sido dada aos Equipamentos Sociais, no âmbito da política social prosseguida pela CML, resulta do facto de serem considerados infra-estruturas fundamentais de apoio social às famílias, quer para as crianças quer para as pessoas idosas, pelo que deverá ser garantida uma rede de equipamentos planeada e programada em função das necessidades identificadas.

Recentemente, através do Despacho Normativo 8/2002 de 12 de Fevereiro, foram criados os Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), base de funcionamento da Rede Social, ao qual o Município preside, e em cujas actividades se incluem os Planos de Desenvolvimento Social de Base Territorial, emitindo parecer sobre a cobertura do concelho em Equipamentos Sociais.

Finalmente, o DL 115/2006 de 14 de Junho veio estabelecer que os Planos de Desenvolvimento Social são ponderados na elaboração dos respectivos PDM (art.º 36.º), instrumentos de referência para os demais Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) que, segundo o Decreto-Lei n.º 380/99 de 22/09, procedem à identificação das Redes de Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos, em que se inclui a Segurança Social (n.º 1 do art. 17.º).

Importa pois estabelecer Orientações Estratégicas para a elaboração das Redes Públicas de Equipamentos Sociais, que possibilitem a informação necessária à elaboração posterior dos instrumentos previstos na lei.

De acordo com as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos, publicadas pela DGOTDU, o conjunto de serviços prestados por equipamentos sociais de apoio à infância são assegurados por “amas” e por “creches”, requerendo apenas a creche, um espaço físico próprio, passível de integrar um PMOT.

Ainda de acordo com as referidas normas, a creche é definida como um equipamento que constitui uma “Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina às crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção à maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global, cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.”

As creches, para além do seu contributo activo na formação das crianças, são portanto, paralelamente, um importante meio de apoio às famílias, promovendo condições para o incentivo ao aumento da natalidade e combate ao já acentuado envelhecimento populacional, nomeadamente na cidade de Lisboa.

As políticas de incentivo à fixação de população jovem em Lisboa e ao repovoamento das zonas centrais, permitindo o retorno das famílias que foram expulsas para a periferia pelo elevado custo da habitação na cidade, passam também pela oferta de uma rede pública de creches, como factor de equilíbrio da economia familiar.

Devendo distribuir-se na cidade de forma equilibrada em função das necessidades da população, deverão portanto prever-se também onde o repovoamento for mais urgente, nomeadamente nos Bairros Históricos, contribuindo, pela oferta do serviço, para tornar atractiva a respectiva área da cidade.

Procurando evitar-se que as crianças sejam sujeitas a grandes deslocações diárias, as creches devem localizar-se de preferência no seio das áreas residenciais, junto dos pontos de partida para os locais de trabalho, recomendação que integra os Indicadores Comuns Europeus de Sustentabilidade Local.

Dotar a cidade de equipamentos de proximidade é promover a qualidade de vida dos moradores, fomentando o inter-conhecimento e as inter-relações combatendo a solidão e privilegiando a escala humana e a escala do bairro.

As presentes Orientações Estratégicas constituem, no entanto, apenas uma **1.ª fase do processo de elaboração da Rede Pública de Creches**, tendo como cenário a população estimada para 2007, e tendo como objectivo a **avaliação das necessidades actuais e a satisfação ou a redução das carências**.

Importará pois, numa **2.ª fase**, para além da realização dos cálculos das necessidades e carências, baseados num cenário de manutenção demográfica, a que esta fase visa dar resposta, proceder à elaboração da Rede de Creches na cidade de Lisboa, **atendendo às novas dinâmicas populacionais e às previsões ou decisões sobre a sua evolução**, nomeadamente no âmbito do PDM, cujo processo se encontra em curso.

2. O contexto Europeu, Nacional e Regional

A análise da realidade, em particular na cidade de Lisboa, quanto ao n.º de crianças na primeira infância, desde o nascimento até à idade pré-escolar, não pode deixar de estar inserida numa análise da recente evolução da população e do seu marcado envelhecimento.

Considerando a realidade europeia, nos últimos 50 anos tem-se assistido nos países desenvolvidos a uma redução acentuada da natalidade, com o conseqüente envelhecimento da população, apesar da aplicação de medidas de incentivo e de apoio à família, principalmente nos países do norte da Europa e da França, que tem sido um país de referência na adopção de políticas natalistas.

Portugal, como consequência, entre outros factores, da contínua ausência de tomada de políticas natalistas e de apoio à família, nos últimos vinte anos deixou de ser um dos países mais jovens da Europa para se tornar um dos países mais envelhecidos no contexto europeu.

Paralelamente, a evolução do emprego feminino tem registado um aumento crescente nas sociedades modernas nos últimos cinquenta anos, fazendo com que a crescente participação da mulher no mercado de trabalho tenha vindo gradualmente a alterar a estrutura e a organização familiar nomeadamente no apoio à primeira infância.

Para tanto, refira-se em Portugal na década de 60, a emergência das mulheres em aceder ao mercado de trabalho, em consequência da guerra colonial, que retirou o homem do seio da família temporariamente, quando não em definitivo, conduzindo à especificidade do paradigma português na forma de integração da mulher na sociedade.

2.1 A Evolução da Natalidade versus Envelhecimento

Portugal na Europa

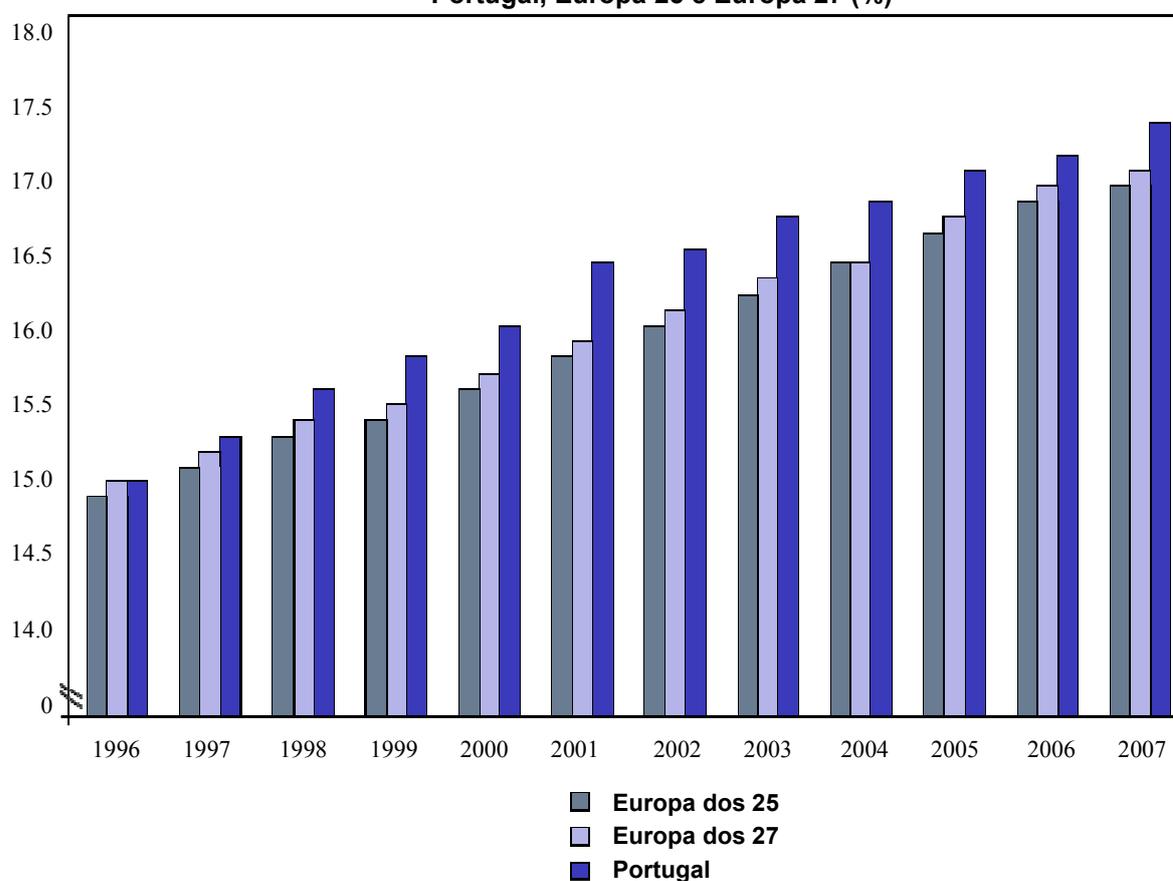
Aliada à quebra da natalidade verificada nos últimos 50 anos na Europa, tem vindo a verificar-se um aumento da esperança média de vida, o que também contribui para o envelhecimento acentuado da população.

Particularmente Portugal, nos últimos vinte anos, tornou-se num dos países mais envelhecidos da Europa com uma proporção de idosos em 2007 acima da média Europeia (17,3% de idosos contra 17,0% da média europeia - Europa dos 25).

A proporção de Idosos em Portugal encontra-se a par de Países como a Bélgica, Holanda e Bulgária, sendo ultrapassada apenas por alguns países do Sul da Europa como a Itália e a Grécia, e pela Suécia no Norte da Europa.

Em 2007, em Portugal, o Índice de Envelhecimento é estimado em 114, o que se traduz em 114 idosos por cada 100 jovens.

**Evolução da Proporção da População com 65 e mais anos 1996 /2007
Portugal, Europa 25 e Europa 27 (%)**



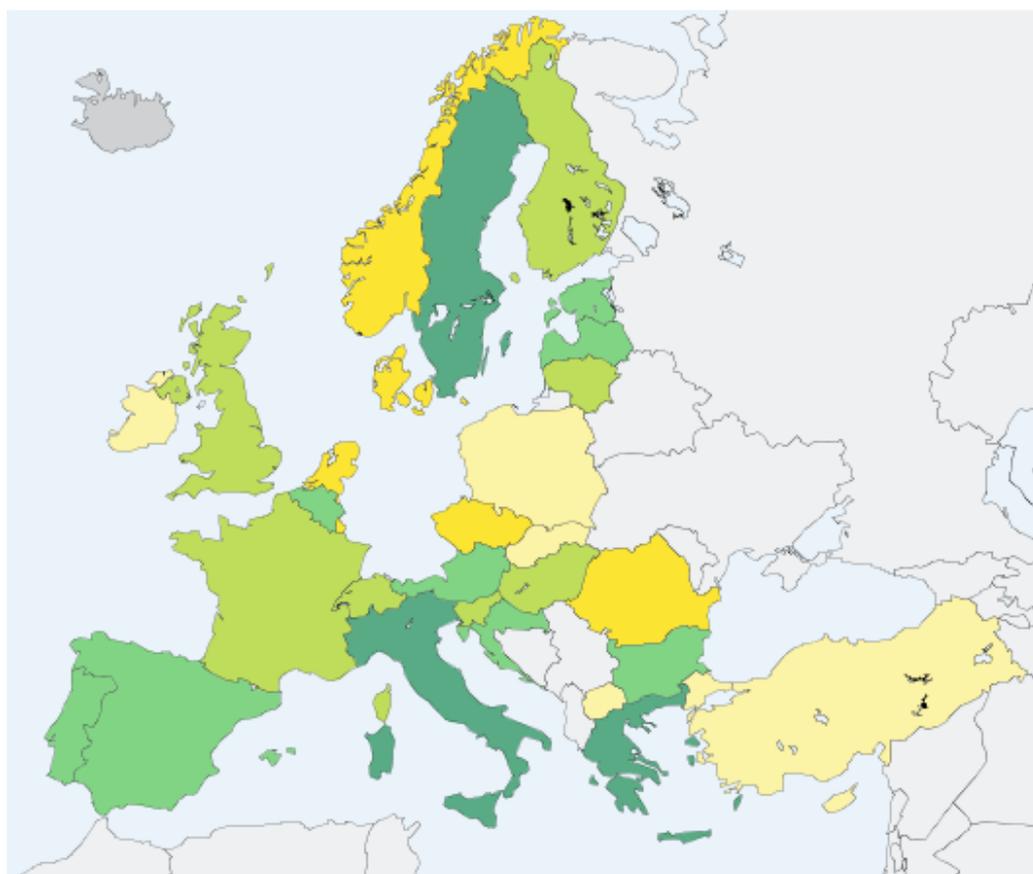
Fonte: EUROSTAT

A partir de 2001, a proporção de jovens passou a ser inferior à proporção de idosos, sendo que, em 2007, esse valor era de 15,5% da população total, valor igualmente abaixo da média europeia (15,9% - Europa dos 25).

Dentro de cerca de 25 anos Portugal terá 190 idosos por cada 100 jovens, (INE, 2007 – Projecções Demográficas 2030).

A par do crescente envelhecimento, a Taxa Bruta de Natalidade em Portugal tem vindo a decrescer, para em 2007 atingir o seu valor mais baixo de sempre, 9,7‰, menos de metade dos valores dos anos 60, em que o valor de nados vivos era de cerca de 25 por 1000 habitantes.

Proporção da População com 65 e mais anos – Comunidade Europeia a 25 – 2007
(% da população total)



Mínimo: 6.6
Máximo: 19.9
União Europeia dos 25: 17.0

Fonte: EUROSTAT

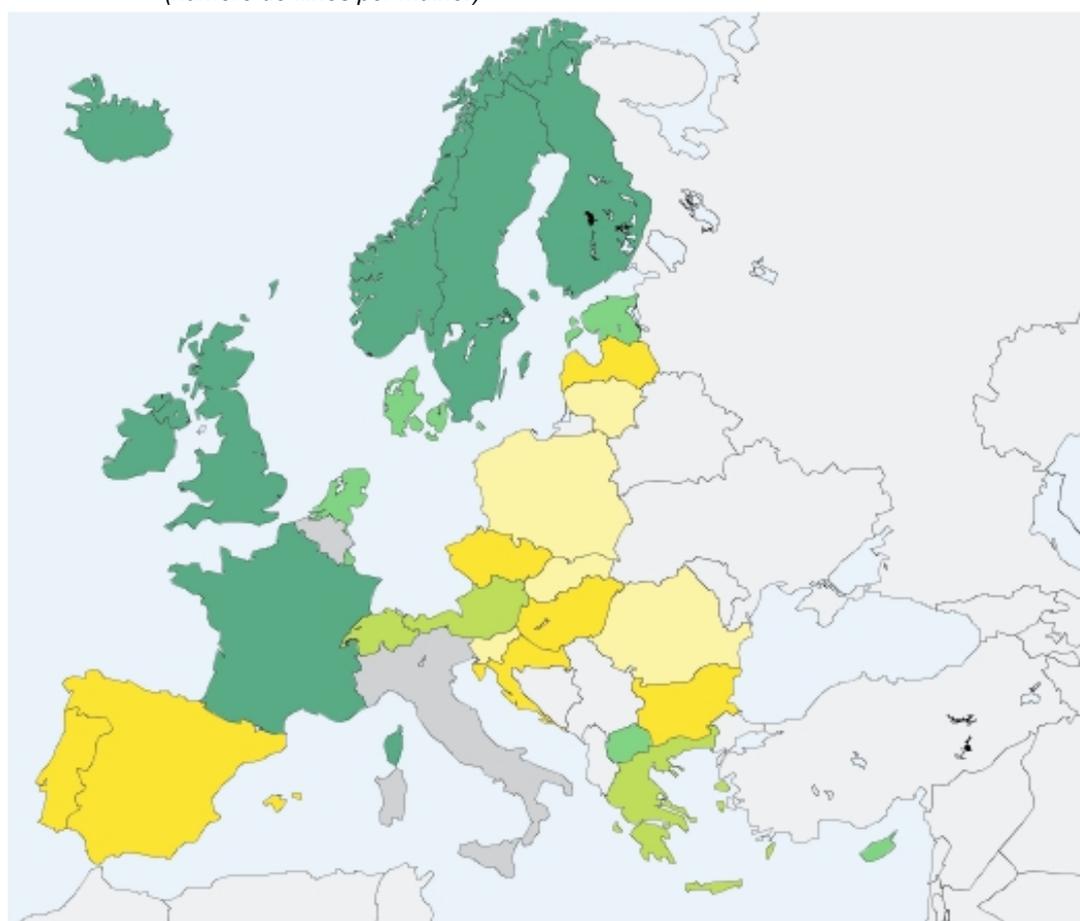
Pela primeira vez nas últimas décadas, o n.º de nados vivos foi inferior ao n.º de óbitos (INE, Publicações Estatísticas Demográficas).

A Taxa de Fertilidade, n.º de filhos por mulher, tem também vindo gradualmente a registar um decréscimo significativo, encontrando-se muito abaixo dos 2,1, valor necessário à reposição das gerações.

Em 2006, Portugal apresentava um valor de 1,35 encontrando-se entre os países com Taxas de Fertilidade mais baixas, a par dos países do Sul da Europa e Europa de Leste e ao contrário dos países do Norte da Europa como a Inglaterra (1,89); Noruega (1,9) ou França (2,0), que, devido à adoção de fortes medidas pró-natalistas, viram aumentar as suas Taxas de Fertilidade.

No caso da Islândia, regista-se mesmo um valor de 2,08 já muito próximo dos 2,1.

Taxa de Fertilidade – Comunidade Europeia a 25 – 2006
(número de filhos por mulher)



Mínimo: 1.24
Máximo: 2.08

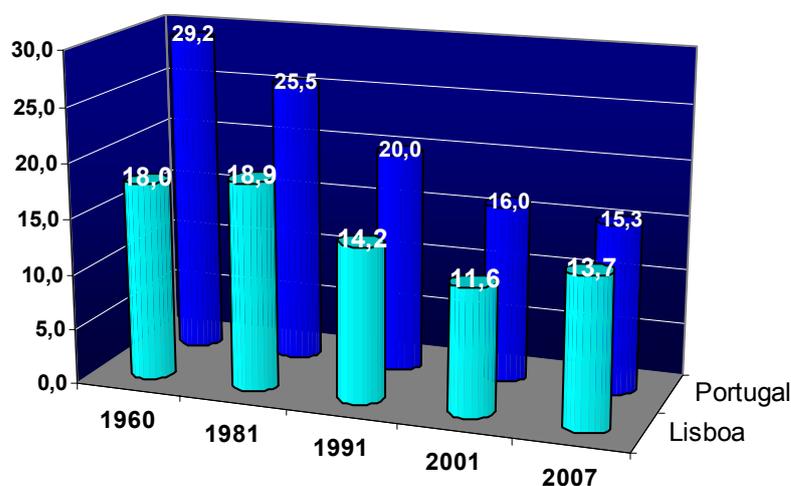
Fonte: EUROSTAT

2.2 A Situação da Cidade de Lisboa no Contexto Nacional

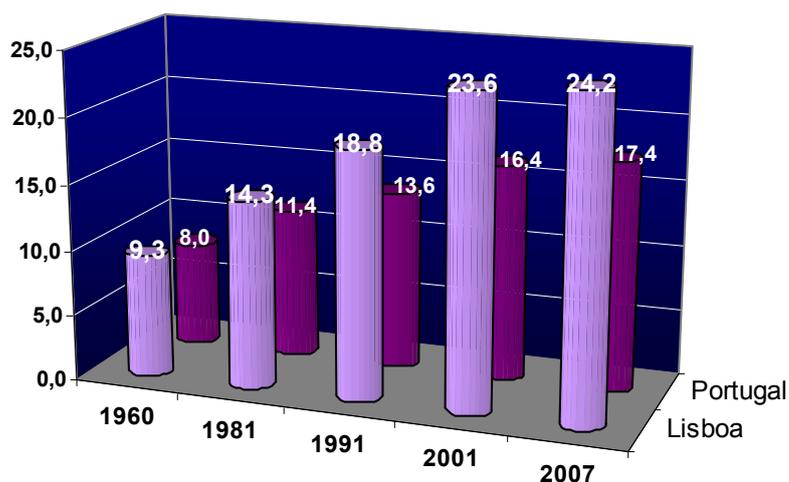
Se se considerar a estrutura etária da cidade de Lisboa, verifica-se que nos últimos 50 anos a cidade também tem vindo a envelhecer, quer pela redução da proporção de Jovens quer pelo aumento progressivo da proporção de Idosos, acompanhando a tendência nacional e europeia.

Lisboa encontra-se numa situação de envelhecimento ainda mais acentuada, relativamente à média nacional, tendo os idosos ultrapassado a proporção de jovens já em 1991.

**Evolução da Proporção de Jovens 0 – 15 anos
Em Portugal e no concelho de Lisboa – 1960 – 2007 (%)**



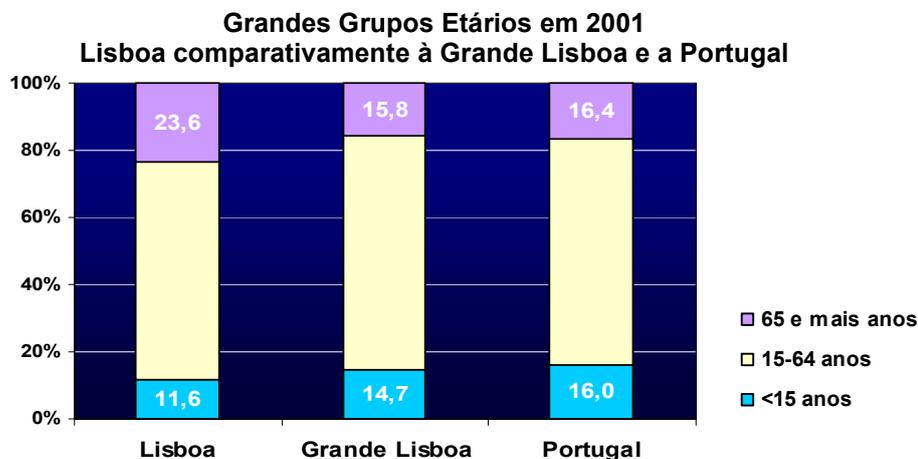
**Evolução da Proporção de Idosos
Em Portugal e em Lisboa 1960 – 2007 (%)**



Fonte: INE Censos da População; Estatísticas Demográficas 2007

Em 2007, estima-se que a proporção de idosos na cidade tenha atingido mais de 24% da população, quando a média nacional é de 17,4%, enquanto que os jovens representarão

menos de 14%, podendo dizer-se que a proporção dos idosos quase que triplicou nos últimos cinquenta anos, em relação ao total.



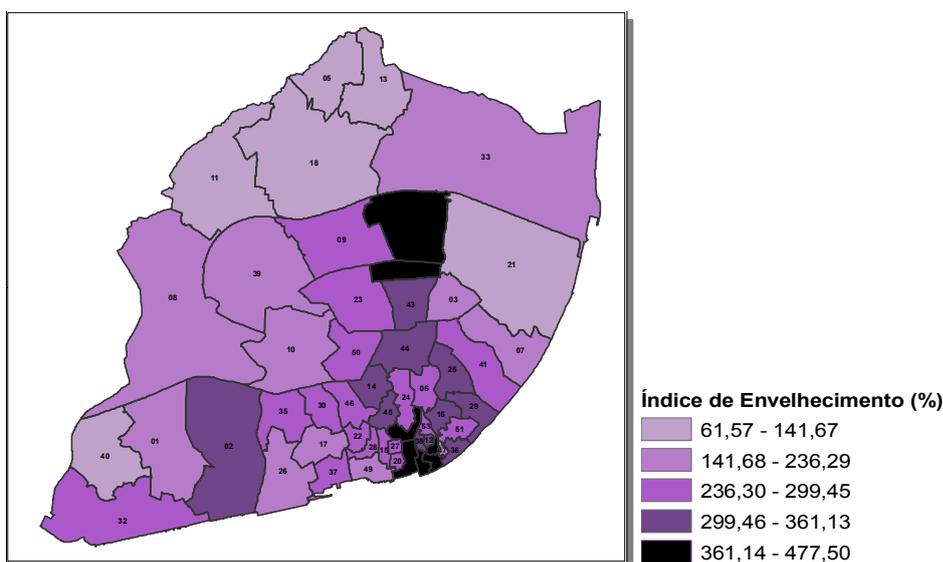
Fonte: INE Censos 2001

Em 2001, o Índice de Envelhecimento Médio do concelho de Lisboa era de 203,37, o que se traduz em 203 idosos por cada 100 jovens.

Entretanto, para 2007, o INE estima que o Índice de Envelhecimento se tenha reduzido para 177.

O envelhecimento na cidade manifestava-se de forma diferenciada, uma vez que a ocupação das novas áreas de expansão se tem processado principalmente através de casais jovens.

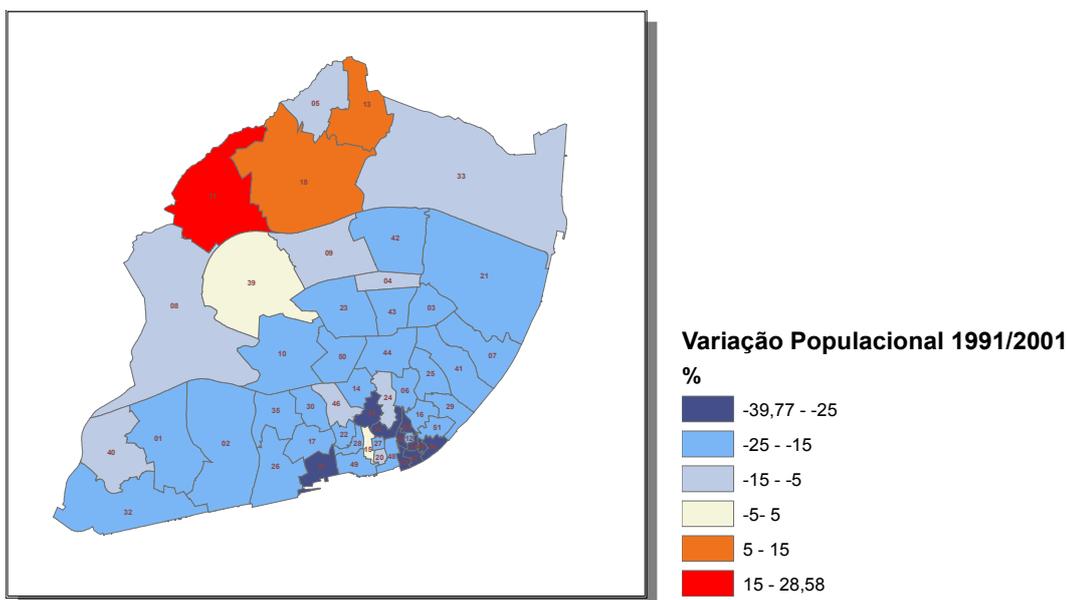
As freguesias que pertencem à coroa periférica encontravam-se portanto menos envelhecidas, enquanto que existiam outras áreas na cidade onde o envelhecimento atingia dimensões muito acentuadas, com valores superiores a 350, como é o caso de algumas freguesias da Baixa e, na zona das Avenidas Novas, as freguesias de São João de Brito e Alvalade.



Fonte: INE, Censos de 2001

Por ordem crescente de índice de envelhecimento, refiram-se assim as freguesias de São João de Brito (375), Madalena (381), Sé (392), Alvalade (396), Santiago (399), Santa Justa (445), e São Nicolau que atinge o valor de 478.

A par da tendência de envelhecimento, tem vindo a verificar-se o despovoamento da cidade, que perdeu entre 1981 e 2001, 243 280 habitantes, sendo este despovoamento mais acentuado nas freguesias do centro.



Fonte: INE, Censos de 1991 e 2001

Conforme se constata nas figuras anteriores, a Coroa Periférica é a área da cidade menos envelhecida e que menos perdeu população, sendo as freguesias de Carnide, Lumiar e Charneca, as únicas que atraíram população e população jovem, dada a dinâmica imobiliária.

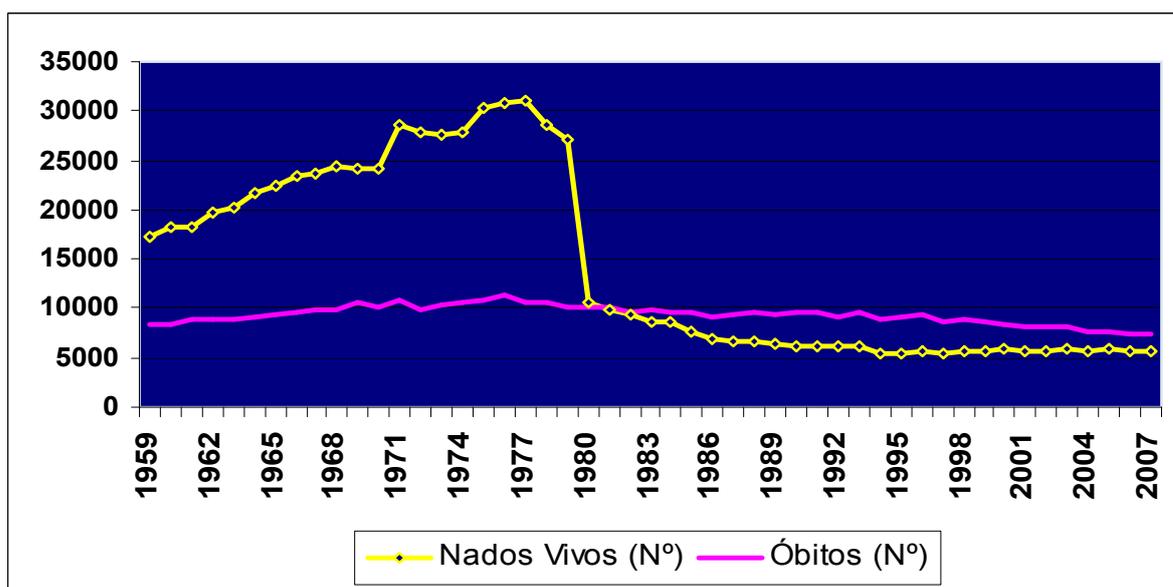
Uma componente de avaliação da natalidade é a análise do crescimento natural, verificando-se que desde o início dos anos 80, Lisboa apresenta um saldo fisiológico negativo, isto é, morrem mais pessoas do que as que nascem.

Desde finais dos anos 50, a análise do saldo fisiológico, no caso da cidade de Lisboa, apresenta dois períodos distintos:

- as duas décadas de 60 a 80 com um saldo fisiológico francamente positivo
- um outro período nos últimos vinte e cinco anos com um saldo fisiológico francamente negativo a partir do início dos anos 80.

Até meados dos anos 70, deu-se um crescimento do número de nascimentos muito acima dos valores dos óbitos, para dar lugar a um período de forte quebra destes valores até aos anos 80.

A partir daí os nascimentos continuaram a decrescer a um ritmo moderado, sendo estes valores a partir de meados dos anos 90 praticamente constantes.



Entretanto, a Grande Lisboa, em 2007, registou o valor mais baixo da Taxa de Natalidade desta década, com 11,3 nascimentos por 1000 habitantes.

Contudo, a par da Grande Lisboa, o concelho de Lisboa apresenta valores mais elevados do que a média nacional, 9,7 %, o que se poderá dever em parte à maior proporção da comunidade imigrante e à existência de população activa ainda jovem nas áreas metropolitanas onde existe maior oferta de emprego.

A cidade de Lisboa entre os concelhos da Grande Lisboa Norte apresenta ainda valores abaixo de Mafra e Cascais, mas ao longo desta década tem vindo a aproximar os seus valores à média da Grande Lisboa, acima da média do concelho até 2007, o que poderá indicar alguma recuperação da Taxa de Natalidade induzida provavelmente por uma maior proporção de imigrantes na capital.

Refira-se que de acordo com os Censos de 1991 e de 2001, a população estrangeira aumentou de 1,65% para 3,4% no Concelho de Lisboa, sendo em 2001 de 18 736 indivíduos.

Evolução da Taxa Bruta de Natalidade 2000 a 2007

Local de Residência	Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência							
	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Portugal	9,70	10	10,40	10,40	10,80	11	11	11,70
Continente	9,60	9,90	10,30	10,30	10,70	10,90	10,80	11,60
Lisboa (Região)	11,30	11,40	11,70	11,50	11,90	12	11,80	12,50
Grande Lisboa	11,30	11,30	11,80	11,50	11,90	11,90	11,80	12,40
Amadora	10,40	10,10	10,30	10,50	10,80	11	11,60	12,50
Cascais	12,90	12,70	13,40	12,60	13,20	13	12,70	13
Lisboa	11,30	10,90	11,30	10,60	10,80	10,40	9,90	10,30
Loures	11	11,10	11,80	11,20	11,70	11,90	11,70	12
Mafra	14,50	14,40	14,80	14,10	14,50	13	12,20	11,30
Odivelas	10,50	10	10,20	11	10,90	11,20	11,20	12
Oeiras	11,10	12,10	12	12	12,30	11,70	11,60	12,10
Sintra	10,90	11,10	12,10	11,90	13,10	14	14,50	16,20
Vila Franca de Xira	11,50	12	12,40	12,50	12,10	12,20	12,80	12,70

Fonte: INE Estatísticas Demográfica 2000 a 2007 (obtido em www.ine.pt)

Tal como já foi referido, para assegurar a sustentabilidade da geração são necessários 2,1 filhos por mulher, indicador este também designado por Índice Sintético de Fecundidade. Em 2007, quer a Região de Lisboa, quer a Grande Lisboa apresentam para este índice um valor de 1,6. Este valor situa-se bastante abaixo dos 2,1 necessários, embora represente alguma vitalidade deste indicador face ao padrão nacional (1,3) que como foi referido é um dos mais baixos da comunidade europeia.

Evolução do Índice Sintético de Fecundidade

Local de residência	Índice sintético de fecundidade (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002)							
	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Portugal	1,30	1,40	1,40	1,40	1,40	1,50	1,50	1,60
Continente	1,30	1,40	1,40	1,40	1,40	1,50	1,50	1,50
Lisboa (Região)	1,60	1,50	1,60	1,50	1,60	1,60	1,60	1,60
Grande Lisboa	1,60	1,50	1,60	1,50	1,60	1,60	1,60	1,60

Fonte: INE Estatísticas Demográfica 2000 a 2007 (obtido em www.ine.pt)

Também no que diz respeito à Taxa de Fecundidade Geral Feminina, n.º de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil, o concelho de Lisboa tem manifestado recentemente, nesta última década, uma ligeira tendência de crescimento encontrando-se o seu valor (51,3‰) acima da média nacional (que em Portugal no ano de 2007 é de 39,4‰), e ainda acima da média de Lisboa Nut II (47‰) e da Grande Lisboa (47,1‰), nesta, apenas ultrapassado pelos concelhos de Cascais (54,1‰) e Mafra (62,1‰).

Evolução da Taxa de Fecundidade Geral 2000 a 2007

Local de residência	Taxa de fecundidade geral (‰) por Local de residência							
	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Portugal	39,40	40,40	41,80	41,70	42,90	43,70	43,20	46,10
Continente	39,20	40,20	41,60	41,40	42,60	43,50	42,90	45,70
Lisboa (Região)	47	46,90	48	46,50	93,10	47,30	46,30	48,70
Grande Lisboa	47,10	46,80	48,30	46,60	47,80	47,30	46,70	48,80
Amadora	43,20	41,60	42,20	42,50	43	43,40	45,40	47,90
Cascais	54,10	52,80	54,80	51	52,80	51,30	49,60	50,30
Lisboa	51,30	50	51,30	47,90	47,90	46,10	43,70	44,90
Loures	44,90	45,20	47,50	44,60	45,90	46,10	44,60	45,20
Mafra	62,10	60,60	61,30	57,40	59,40	109,60	110,50	121,80
Odivelas	42,70	40,20	40,30	43	42,20	53,80	53	54,60
Oeiras	47,10	50,80	49,80	48,90	49,60	127,90	127,30	136,70
Sintra	42,50	42,70	46,10	44,90	49,20	15	15,70	16,10
Vila Franca de Xira	45,20	46,60	47,10	46,80	44,60	21,20	19,30	17,70

Fonte: INE Estatísticas Demográfica 2000 a 2007 (obtido em www.ine.pt)

Entretanto, relativamente à idade média da mãe à data do nascimento do primeiro filho, Portugal, à semelhança dos países desenvolvidos, tem observado um sucessivo adiamento da maternidade, apresentando em 2007, um valor cada vez mais próximo dos 30 anos (28,2), o que irá reduzir cada vez mais o período fértil da mulher.

O valor apresentado para a Região de Lisboa e para a Grande Lisboa é ainda mais alto relativamente ao país e ao continente, situando-se em 2007, respectivamente em 28,8, e 28,9, muito próximo dos 29 anos.

Evolução da Idade das Mãe ao Nascimento do Primeiro Filho 2000 a 2007

Local de residência (NUTS - 2002)	Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (Anos) por Local de residência (NUTS - 2002)							
	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Portugal	28,20	28,10	27,80	27,50	27,40	27	26,80	26,50
Continente (Região)	28,30	28,10	27,80	27,60	27,40	27,10	26,80	26,60
Lisboa	28,80	28,60	28,40	28,20	28,10	27,80	27,50	27,20
Grande Lisboa	28,90	28,70	28,50	28,30	28,30	28	27,60	27,40

Fonte: INE Estatísticas Demográfica 2000 a 2007 (obtido em www.ine.pt)

O potencial feminino em idade de procriação, traduzido pela proporção das mulheres dos 15 aos 45 anos relativamente ao total feminino, influencia o nº de nascimentos e é um indicador relevante para a análise da natalidade.

Ora este indicador na cidade desceu cerca de 2% de 2000 para 2007 e é sempre inferior à média do Continente, de Lisboa (NUTII), e mesmo inferior à Região de Lisboa e à Grande Lisboa o que, por seu lado, poderá vir a potenciar a redução do nº de nascimentos.

Evolução da % das Mulheres em Idade Fértil 2000 a 2007

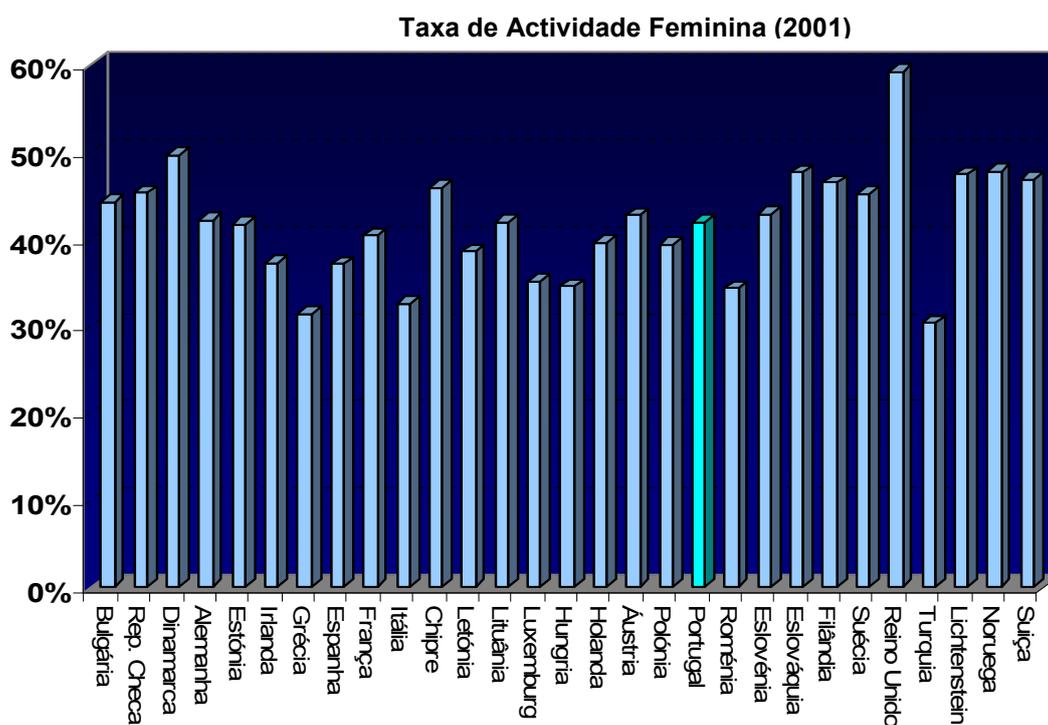
Período de referência dos dados	Mulheres em idade fértil (%) na população residente			
	Local de residência			
	Continente	Lisboa (NUT II)	Grande Lisboa	Lisboa
2007	47,2	46,1	45,8	40,3
2006	47,5	46,6	46,1	40,5
2005	47,8	47,0	46,5	40,8
2004	48,1	47,4	46,9	41,0
2003	48,4	47,8	47,3	41,3
2002	48,6	48,3	47,8	41,5
2001	48,8	48,8	48,2	41,8
2000	49,0	49,2	48,6	42,0

Fonte: INE Estatísticas Demográfica 2000 a 2007 (obtido em www.ine.pt)

2.3 O Emprego Feminino

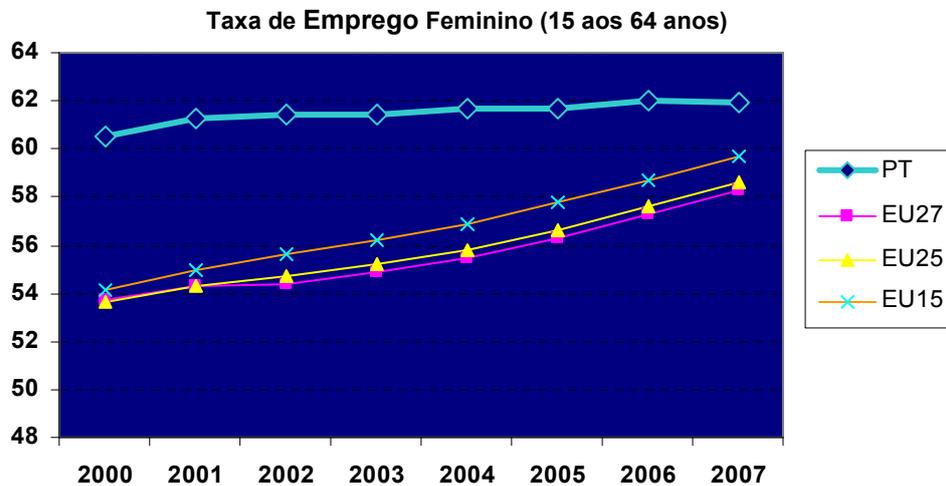
2.3.1 O Contexto Europeu

Enquadrando Portugal na Europa, segundo os censos de 2001 Portugal apresentava uma taxa de actividade feminina elevada acima de países como a Espanha, França, Itália, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Hungria, Polónia e Holanda.



FORNTE: EUROSTAT

No que concerne à Taxa de Emprego, esta tendência têm-se mantido, com Portugal à frente da média dos países da Comunidade Europeia desde o ano de 2000.

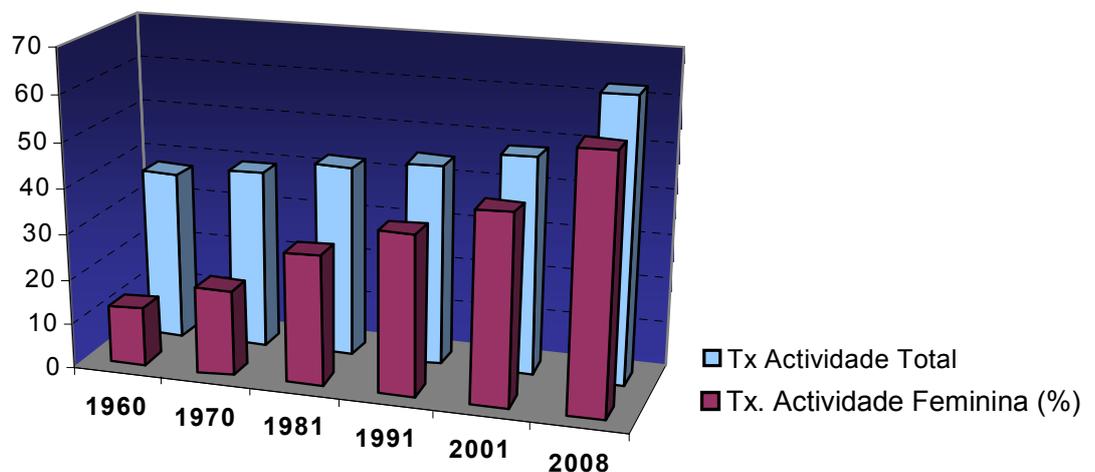


FORNE: EUROSTAT

2.3.2 Evolução em Portugal

A participação da mulher no mercado de trabalho nos últimos cinquenta anos em Portugal quase que quadruplicou, tendo passado de 13% em 1960 para mais de 50% (2º trimestre de 2008). De acordo com dados recentes do INE (Estatísticas do Emprego), a taxa de actividade feminina atingiu 56% em 2008 (para a população residente de 15 e mais anos), tendo a participação dos sexos no mercado de trabalho passado a estar praticamente equilibrada.

Evolução da Taxa de Actividade em Portugal 1960 a 2008



Fonte: INE, Censos, Inquérito ao Emprego

2.3.3 Lisboa face ao País e à Região

Todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa revelam um aumento da Taxa de Actividade Feminina, detendo a cidade de Lisboa uma posição acima da média do país e do continente, mas inferior à média da Grande Lisboa e aos concelhos da Grande Lisboa.

Contudo este valor era em 2001 de cerca de 44%, revelando a importância do papel da mulher no mercado de trabalho.

Evolução da Taxa de Actividade Feminina 1991/2001

Local de residência	Taxa de actividade feminina (%)	
	2001	1991
	%	%
Portugal	41,98	35,49
Continente	42,32	35,96
Grande Lisboa	48,30	41,48
Cascais	49,12	42,45
Lisboa	43,87	39,23
Loures	48,70	42,35
Mafra	43,88	30,42
Oeiras	50,81	43,93
Sintra	52,40	44
Vila Franca de Xira	49,32	40,33
Amadora	49,57	43,79
Odivelas	51,36	44,63

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 (obtido em <http://www.ine.pt>)

2.4. Políticas Públicas pró Natalistas

Convirá proceder à contextualização da presente análise nas políticas públicas pró-natalistas, confirmando a necessidade de uma rede pública de creches, fundamental num quadro de modernidade, como um dos instrumentos de incentivo à natalidade, de entre as diferentes políticas possíveis de adoptar no combate ao envelhecimento e declínio populacionais.

Recentemente em Portugal, tem vindo a ser referida frequentemente a necessidade de adopção de políticas pró-natalistas.

Em 2007 foi manifestado pela Presidência da República como uma preocupação urgente, o fomento da natalidade, “dado o cenário Europeu de envelhecimento e de recessão demográfica... ..fenómeno que, até pela sua dimensão estrutural, não encontra precedentes na nossa história.” e em que Portugal atingiu uma situação que se poderá considerar grave:

- em 2007, no país, o crescimento natural foi negativo: o número de bebés que nasceram foi inferior ao das pessoas que morreram;
- o índice de substituição das gerações é dos mais baixos da Europa.

Os diversos investigadores nacionais têm alertado para a gravidade da situação e têm sido publicados diversos artigos pelas instituições responsáveis, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística. Também a comunicação social tem feito eco destas declarações.

Esta situação, caso não se invertam as tendências, poderá atingir proporções alarmantes ao nível da sustentabilidade do próprio sistema de segurança social.

Recentemente vários demógrafos portugueses têm vindo a alertar a classe política para a necessidade imperiosa de adopção de políticas “amigas das famílias”, quer para assegurar um maior número de filhos por família, quer no apoio às “famílias numerosas”.

As recentes medidas adoptadas pelo governo têm sido insuficientes na recuperação da fecundidade, ao contrário do que se verifica no Norte da Europa, em que vários países têm vindo a recuperar o Índice de Substituição de Gerações.

Nomeadamente, França é apontada como um país de referência, uma vez que recuperou o seu índice de substituição atingindo um valor já muito próximo dos 2,1 nas duas últimas décadas (2,0).

Mas em Portugal, não só o nº de bebés nascidos por ano tem vindo a diminuir, como um grande número de casais tem vindo a ter um número de filhos inferior ao que desejam.

Segundo o Inquérito à Fecundidade e Família (IFF, INE, 2007), o número médio de filhos desejado pelos casais situa-se nos 2,1 filhos por mulher, número bastante superior ao efectivamente observado para a média nacional em 2007 (1,3).

A globalização das sociedades modernas acompanhada pela diminuição da importância das sociedades rurais, em que a família alargada constituía uma importante fonte de mão de obra, conduziu ao desejo dos filhos “de qualidade” que implicam custos elevados na educação e na formação e na disponibilidade para o seu acompanhamento, constituindo uma sobrecarga elevada nos rendimentos económicos.

“Perdem grande parte das suas função produtivas e tornam-se cada vez mais um custo (afectivo e material para os pais)” (Almeida A. et al , 2002).

Portugal acompanha a tendência generalizada do resto da Europa, de diminuição da taxa de natalidade, e reflecte alguns problemas que podem constituir um obstáculo a essa mesma natalidade, num contexto de profundas alterações estruturais de controlo de fecundidade e crescente escolarização feminina, que se traduziu na crescente participação da mulher no mercado de trabalho.

Estas são algumas das causas apontadas para a baixa natalidade (Almeida A. et al, 2002):

- o aumento da educação feminina que se traduz em maiores expectativas relativamente à carreira profissional;

- a crescente importância do papel das mulheres portuguesas no mercado de trabalho, não apenas em peso mas também em qualidade, manifestado pela vontade por parte das mulheres de investir na carreira profissional representando uma proporção das mais elevadas da Europa;
- o tempo dispendido no acompanhamento dos filhos que reduz a possibilidade de outras realizações pessoais;
- a dificuldade de conciliação das tarefas domésticas com a actividade profissional;
- a partilha reduzida nas tarefas domésticas com um papel preponderante da mulher também no acompanhamento e na educação dos filhos;
- a penalização no trabalho e na promoção da carreira;
- a flexibilidade reduzida nos horários de trabalho;
- os elevados custos monetários relacionados com o sustento dos filhos;
- o aumento da despesa associada à habitação, que já detém um peso elevado no orçamento familiar – “mais filhos implica uma casa maior”;
- a reduzida oferta de equipamentos públicos escolares e de apoio à primeira infância, na proximidade das áreas residenciais ou como oferta das empresas ou das entidades empregadoras ou a conseqüente necessidade de recurso a equipamentos da rede privada lucrativa.

"Ter um filho implica uma grande disponibilidade para sacrifícios e ter recursos económicos para o sustentar. Ter um filho, hoje em dia, é um luxo", assegura Leston Bandeira. Um luxo com muitas despesas. A começar no preço das casas (mais filhos, mais assoalhadas) e das creches, passando por todos os outros gastos com as necessidades básicas e o lazer. "Temos um curva da fecundidade em U. Quem tem mais filhos são as classes mais pobres, menos informadas, e as classes altas. As classes médias têm menos filhos porque são as mais sacrificadas", diz Leston Bandeira (Presidente da Associação Portuguesa de Demógrafos in DN 1 de Junho de 2006).

Actualmente investir na natalidade é uma questão económica premente. A questão tem sido posta: não será mais barato investir na natalidade do que atingir gastos insustentáveis com o envelhecimento e em sistemas de saúde sem serem acompanhados pela entrada no mercado de trabalho de população jovem?

Segundo informação publicada a 3 de Dezembro de 2008 no destaque do INE, no ano de 2006 foram gastos em velhice e doença mais de 70% do total de prestações de Protecção Social concedidas.

As medidas a tomar para incentivo à natalidade são enquadradas em dois grandes conjuntos: os apoios financeiros directos e o reforço das infra-estruturas de apoio à maternidade e paternidade (Abreu, A. e Peixoto J., 2008).

Estas medidas devem ser de âmbito nacional e local e incluídas em diversos tipos de políticas, económicas (mercado de trabalho e financeiras), sociais, de habitação, de saúde, etc. Estas políticas devem ser alargadas a toda a população, dado que a recessão da natalidade atinge mais frequentemente a classe média e devem assegurar uma maior equidade relativamente ao número de filhos, a par do direito da mulher de controle da sua fecundidade, dando condições aos casais para terem filhos quando o desejem.

Medidas como a dedução nos impostos de acordo com o número de filhos, o alargamento do valor de tributação independentemente do estado civil, o aumento do abono de família, melhores licenças de maternidade e paternidade, a implementação de taxas de serviços de forma a não penalizar as famílias com um maior número de filhos, a implementação de incentivos às empresas que criem políticas amigas das famílias, nomeadamente ao nível da flexibilidade dos horários e da criação de equipamentos nas empresas para crianças e jovens, como é o caso das creches ou do apoio às actividades de tempos livres, são apontadas por diversos especialistas como medidas a equacionar.

Existem outro tipo de medidas que influenciam também a natalidade como as políticas de apoio à imigração de substituição, na medida em que frequentemente as taxas de fecundidade associadas às comunidades imigrantes são superiores às taxas da comunidade local, contribuindo ainda, dado os escalões etários se situarem em idade activa jovem, para aumentar o potencial da população em idade fértil. Contudo a problemática própria deste tipo de medidas sai fora do contexto do trabalho em causa, devendo estas ser apenas mencionadas.

Em Portugal, recentemente, têm sido implementadas algumas políticas amigas da família e de incentivo à natalidade. Em 2004 foram apresentadas 100 medidas para uma política de Família, que incluíam um grupo de medidas designadas de Família, Infância e Juventude.

Mais recentemente foram tomadas medidas de reforço, na área da saúde materno infantil e o aumento de um mês do período da licença de maternidade, que passou inicialmente de 3 para 4 meses. Contudo este último mês não era remunerado, o que penalizava mais uma vez as famílias que, para usufruírem de um mês adicional de licença quando mais despesas tinham a seu cargo, eram privadas simultaneamente do seu rendimento.

A 1 de Maio de 2009 entraram em vigor as normas da parentalidade vigentes, em que a principal diferença é a de passar a haver a possibilidade da licença parental poder prolongar-se até aos seis meses (180 dias), pagos a 83%, ou cinco meses, pagos a 100%, na condição do pai e da mãe partilharem essa licença.

A partilha de licença pressupõe que cada um tenha de gozar, em exclusivo, pelo menos 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos após o período de gozo obrigatório da mãe que é de seis semanas.

No caso de não haver partilha a licença continua a ter uma duração de quatro meses (120 dias) ou cinco meses (150 dias) pagos a 100% e 80%, respectivamente.

As alterações introduzidas constituem assim também um reforço das políticas de igualdade de género.

No entanto, existe ainda por parte da entidade empregadora alguma pressão, explícita ou implícita, sobre a mulher trabalhadora, que com o medo de perder o seu posto de trabalho, abdica de parte da licença de maternidade.

Ainda na sequência das políticas de conciliação trabalho-família, há a salientar outras medidas como o reforço do abono de família para o segundo e terceiro filho, até aos três anos de idade, dependente do escalão de rendimento, e a criação de um subsídio pré-natal para as grávidas, a partir das 12 semanas de gravidez.

Ao nível local, alguns municípios portugueses têm vindo igualmente a tomar consciência do problema e têm sido pioneiros a implementar e a propôr algumas medidas como a atribuição de subsídios de prestação única pelo nascimento de cada filho, a redução das tarifas de água de acordo com o nº de elementos do agregado familiar ou o auxílio para aquisição de material escolar.

Ao nível da habitação, a isenção de taxas de edificação de obras ou de reabilitação para primeira habitação para casais jovens, e a redução de taxas de IMI, são algumas medidas recentes já adoptadas em alguns municípios, que nomeadamente o Programa Local de Habitação (PLH) a levar a cabo por alguns municípios poderá ter em atenção.

Paralelamente a este tipo de medidas, a necessidade de creches foi enfatizada por diversos autores: *“O que não tem sido previsto é o planeamento da criação e implementação de creches que facultem maior acessibilidade às jovens mães trabalhadoras. Parece-me ser aqui... ..que reside um dos factores de dificuldade para as famílias”* (Fernandes A., 2001), ideia igualmente reforçada por Almeida A. (2002).

Se foi efectuado algum apoio público nos finais da década de 80, este incidiu mais na área dos Jardins de Infância (3-5 anos), enquanto que para o escalão etário dos 0-3 anos, em que o equipamento-tipo são as creches, foi assumido o apoio familiar ou outro tipo de guarda informal como as “amas”.

“As políticas públicas em Portugal evoluíram lentamente, colocando Portugal num conjunto de países (Europa do Sul) caracterizado por baixas taxas de inserção de crianças pequenas em equipamentos socio-educativos, quando comparadas com as de alguns países europeus que, desde os anos sessenta, promoveram redes extensas de equipamentos.” (Wall K., 2008).

Contudo ao longo destes últimos 30 anos, a guarda das crianças na primeira infância foi-se alterando. A importância do apoio familiar, nomeadamente a guarda pelas mães ou avós, tem vindo a decrescer acentuadamente, principalmente na região de Lisboa. Aquela mesma autora reforça a diminuição da importância do papel que as avós tinham na década de 70 e 80, em detrimento de outras soluções fora das redes de parentesco, adoptadas na década de 90.

Entretanto, em 2008, foram referidos por diversos autores (Cardoso, Torres A. et al, 2008) os vários tipos de abordagem levados a cabo nos diferentes países relativos ao binómio trabalho/família que vão desde as perspectivas mais tradicionalistas em que a mulher deve desempenhar um papel mais importante no apoio à família (trabalho em parte time ou break time nos primeiros anos de vida da criança) a um padrão mais moderno, levado a cabo nos países nórdicos com a criação de equipamentos de apoio à infância entre outras medidas de apoio às mães trabalhadoras.

São então salientados os efeitos positivos destas medidas na natalidade e na conciliação do família/trabalho e mais concretamente na inserção da mulher no mercado de trabalho, privilegiando maior igualdade de género, mais segurança económica e maior bem estar infantil. A discussão prende-se com os diferentes modelos a adoptar (mais institucionalistas ou mais familiares) devendo-se equacionar também as perspectivas históricas, sociais e culturais de cada país.

Outros autores salientaram também o papel da rede de infraestruturas de apoio como os cuidados médicos, acessíveis e gratuitos, e ainda e sempre as creches, próximas e gratuitas, na experiência europeia, que poderão ser mais importantes que os subsídios financeiros. (Abreu e Peixoto, 2008).

A dificuldade de conciliação ou o conflito existente entre a educação das mulheres, a carreira profissional feminina directamente relacionada com os rendimentos auferidos e a maternidade, tem passado pelo crescente recurso a estabelecimentos de educação pré-escolar pondo em causa o modelo clássico de educação versus fecundidade (Oliveira, I., 2007).

O incentivo ao aumento da natalidade só será eficaz se forem proporcionadas as condições de conciliação entre a vida activa, académica e de formação, com a vida familiar, devendo ser equacionadas todas as medidas que facilitem e promovam a liberdade de um planeamento familiar efectivamente desejado, adequado às opções individuais, tais como ter ou não filhos, tê-los e em que número, reduzir ou não a vida activa, etc.

Contudo, a permanência das crianças nos equipamentos de apoio à infância não deve deixar de ser estreitamente acompanhada pelos pais, aos quais deve ser garantida a possibilidade de horários flexíveis, jornadas contínuas e trabalho a tempo parcial, licenças de doença etc., deixando sempre ainda a possibilidade de liberdade individual de opção pela mãe ou pai educadores, como prioridade na educação e no acompanhamento dos filhos nos primeiros três anos de vida.

Esta problemática poderá resumir-se na pergunta:

- *no quadro de modernidade em que a sociedade se transformou profundamente, com a alteração da estrutura familiar em que a mulher passou do cuidar da casa, dos filhos e dos ascendentes, para estar a par do homem no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho, não deverá ser considerado um direito democrático o acesso a estabelecimentos pré-escolares, tal como o já consagrado direito aos equipamentos de ensino e de saúde, tendo em vista inclusivamente a sustentabilidade económica do sistema social e o direito à mulher de investir na sua formação e participação na vida activa?*

A existência de estruturas de acolhimento para crianças, acessíveis, financeiramente abordáveis e de qualidade constitui um vector fundamental e prioritário no quadro de acção das políticas de conciliação pela sua implicação na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, entre vida pessoal e familiar ou no acesso ao mercado de trabalho.

O Inquérito do Eurostat EU-SILC 2006 observou a existência na EU de mais de 6 milhões de mulheres entre os 25 e 49 anos que afirmaram estar forçadas à inactividade profissional ou ao trabalho a tempo parcial em razão das suas responsabilidades familiares e para mais de ¼ destas mulheres a falta de serviços de guarda de crianças ou o seu custo foram as razões apontadas para a situação.

Embora a opção pelo trabalho a tempo parcial ou a opção do não exercício de uma actividade remunerada possa ser o reflexo de opções pessoais, o facto é que estas opções têm consequências ao nível da persistência da desigualdade de rendimentos do trabalho entre homens e mulheres ou sobre o acesso a direitos sociais como as pensões.

Em Portugal a taxa de emprego feminino é de 61,9%, ligeiramente superior á média da EU cujo valor é de 58,3%, mas inferior a 12 países europeus ⁽¹⁾

As desigualdades de género nos rendimentos do trabalho e os desequilíbrios entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho que persistem, assumem aspectos mais desfavoráveis para as mulheres quando se torna necessário conciliar uma actividade profissional a tempo total com a existência de crianças a cargo, sendo mais sensíveis as famílias monoparentais maioritariamente constituídas por mulheres.

O acesso ao mercado de trabalho, um emprego suficientemente remunerado e a existência de serviços de acolhimento de crianças, financeiramente acessíveis e adaptados aos ritmos de vida actuais, tornam-se condições fundamentais para evitar situações de pobreza nomeadamente nas famílias monoparentais mais susceptíveis a situações de vulnerabilidade social que a média das famílias com crianças a cargo.

2.5. A criação de uma Rede de Equipamentos Públicos

2.5.1. O Programa PARES

Na área dos equipamentos de apoio à primeira infância foi lançado a 11 de Março de 2006 o **Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)**, seguindo a prioridade no reforço da protecção social no combate à pobreza e na protecção da família.

Este programa tem como objectivo aumentar em 50% o número de lugares em Creches e Amas, com mais 25 400 lugares a criar na rede não lucrativa, compromisso fundamental da política de família do XVII Governo.

O objectivo do Programa PARES, de aumento da oferta existente em 50%, encontra-se estabelecido para o país na sua totalidade, tendo por base uma média de cobertura de 23,5% de lugares em Creches e Amas, taxas verificadas em 2004, ano adoptado como referência para avaliação da taxa de sucesso do Programa.

A meta estabelecida de aumento da Rede em 50% para Creches e Amas é assim possível de traduzir por uma cobertura de referência de 35,25% a atingir entre 2006 e 2009.

⁽¹⁾ Fonte: Table 2.16 – employment rates, 2007, in - Eurostat – Key figures on Europe, pág 75, edition 2009

A 7 de Outubro de 2008, aquando da apresentação da fase III do Programa, a taxa verificada após a aprovação das candidaturas às duas fases anteriores era já de 34,9% globalmente para Creches e Amas ao nível nacional, apresentando já a maioria do território uma cobertura acima dos 35%.

Na Área Metropolitana de Lisboa, os resultados apresentados entre 2004 e 2008 revelaram que de apenas 4 concelhos, de entre os quais Lisboa, se tinha passado para 13 concelhos com taxas de cobertura acima dos 24% em Creches e Amas, mantendo-se com taxas de cobertura globais em Creches e Amas abaixo deste valor, 5 concelhos (Amadora, Odivelas, Sintra, Mafra e Moita).

2.5.2. O Programa POPH

Paralelamente, para o período da política de coesão de 2007-2013, foi criado o Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), que distribuirá os fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O POPH prevê o financiamento de projectos de investimento em equipamentos sociais, cujas candidaturas decorreram no início de 2009, no âmbito de um dos seus objectivos: *“Aumentar a capacidade instalada em respostas sociais nas áreas de crianças e jovens, população idosa, pessoas com deficiência e família e comunidade, promover a rede de cuidados continuados e requalificar as respostas sociais existentes”*.

O Programa Operacional do Potencial Humano – POPH tem como finalidade contribuir para uma melhoria das qualificações dos portugueses que constituem uma das maiores fraquezas da população, comparativamente aos países europeus.

Este programa contempla assim como principais prioridades a promoção do conhecimento científico e da inovação como motores de transformação do nosso modelo produtivo, o estimular da criação e da qualidade do emprego, o apoio ao empreendedorismo e à entrada dos jovens para a vida activa, procurando ao mesmo tempo uma maior igualdade de oportunidades e apoiar a luta contra a exclusão social.

Para a concretização destas prioridades estabeleceram-se 10 eixos de actuação em áreas como a Qualificação Inicial, a Aprendizagem ao Longo da Vida, a Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, a Formação Avançada, a Cidadania e o Desenvolvimento Social.

2.5.3. Objectivos para a cidade de Lisboa

A taxa de cobertura de Creches e Amas, em que se fundamenta o Programa PARES, não constitui no entanto mais do que um parâmetro de referência, uma vez que, tratando-se de uma taxa global nacional, não revela as disparidades existentes entre as diferentes regiões ou localidades.

Por sua vez, o respectivo objectivo global de aumento da capacidade de resposta em 50% também não atende às diferentes realidades locais, em que as necessidades podem variar em função nomeadamente da rede de apoio familiar ou da taxa de emprego feminino e da oferta associada à entidade empregadora.

A situação de Lisboa tem de ser analisada a partir da sua realidade particular, para avaliação do que no seu caso poderá entender-se como a melhoria da rede existente, quer ao nível da taxa de cobertura global, quer localizadamente, para estabelecimento dos seus objectivos específicos.

Para além da satisfação das actuais carências, o investimento directo em mais equipamentos da rede pública contribui também para a fixação de casais jovens na cidade, em que frequentemente a existência de equipamentos de qualidade, na proximidade da residência, influencia a decisão da escolha da habitação, o que pode contrariar a tendência de envelhecimento que se tem vindo a observar em Lisboa nos últimos cinquenta anos, tal como se encontra diagnosticado no Programa Local de Habitação (PLH).

A cidade de Lisboa, como uma capital europeia e da região metropolitana, deverá neste contexto investir fortemente para o rejuvenescimento da sua população, sob pena de perder uma das principais vantagens competitivas no ranking, que em qualquer cidade-metrópole representa o seu capital humano.

As metas a estabelecer em Lisboa têm assim também, para além da natural satisfação das carências existentes, a ver com as políticas de incentivo ao repovoamento das zonas centrais consolidadas e à fixação de população jovem.

3. Metodologia

Na esteira da Carta Educativa de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal em 29/4/08 e homologada pela Ministra da Educação em 15/5/08, e da Carta dos Equipamentos de Saúde aprovada pela Câmara em sessão de 15 de Abril de 2009, as presentes Orientações Estratégicas são encaradas como uma **primeira etapa** no processo de elaboração da Rede

Pública de Creches, a qual virá a integrar o PDM, ainda que nesta fase se privilegie a identificação das carências actuais e das propostas para a sua solução.

3.1 Base Demográfica

A Base Demográfica adoptada é a mesma da Carta Educativa e da Carta de Equipamentos de Saúde, em que é estimada a população da Cidade de Lisboa em 2007, admitindo a manutenção da totalidade da população residente segundo os dados dos Censos de 2001, ainda que com uma diferente distribuição pelo território, segundo os seguintes critérios:

- **OCUPAÇÃO DE FOGOS CONSTRUÍDOS ENTRE 2001 E 2007**

À população residente em 2001, por freguesia, foram adicionados os habitantes resultantes da ocupação efectiva de novos empreendimentos, construídos e ocupados entre 2001 e 2007, de dimensão significativa, considerando 2,4 habitantes por fogo.

A população decorrente da ocupação dos novos empreendimentos, considerando 2,4 hab. por fogo, totaliza cerca de 54 000 habitantes (53 967 hab.).

- **FOGOS VAGOS**

Não foi considerada, nesta fase, a ocupação de fogos vagos, nomeadamente a reocupação de fogos devolutos, o que poderá vir a ser revisto à medida que forem definidas políticas municipais para atracção de população e repovoamento de áreas centrais e históricas.

- **MANUTENÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001**

Para a manutenção dos 564 657 habitantes existentes em 2001, os 53 967 habitantes, decorrentes da ocupação dos novos empreendimentos, foram retirados em 2007 às freguesias que apresentam um decréscimo populacional entre 1991 e 2001, na proporção e tendência verificadas entre os dois Censos (1991 e 2001), projectadas para o período de 2001 a 2007.

3.2 População alvo e área de Influência.

Considerando a manutenção da população residente em 2001, foi igualmente considerada como não tendo sofrido alteração a respectiva composição etária, pelo que a população alvo, correspondente às crianças até aos 3 anos de idade, representa 2,3% da população total.

Em zonas centrais e densamente povoadas, a área de influência de uma creche esgota-se na área residencial da sua proximidade, pelo que é adoptada a freguesia como território base para o cálculo das necessidades e das carências.

3.3 Definição de Rede Pública, taxa de cobertura e dimensionamento.

Entende-se por Rede Pública de Equipamentos Sociais, o conjunto de Equipamentos da responsabilidade directa do Estado, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) e outras instituições não lucrativas, desde que de acesso não restrito.

Não constituem a Rede Pública, portanto, para além das Instituições privadas lucrativas, quaisquer equipamentos destinados exclusivamente a segmentos específicos da população e vedados ao público em geral, como sejam os Serviços Sociais de Ministérios ou da Autarquia e os equipamentos destinados aos funcionários de empresas.

Entende-se assim, que parte da população não requer apoio de serviços da Rede Pública, ou porque beneficia de um enquadramento familiar que o assegura, ou porque esse apoio lhe é disponibilizado pela entidade empregadora ou porque recorre ao sector privado lucrativo.

Há então necessidade de estabelecer a taxa mínima que compete à Rede Pública assegurar, para a qual a Autarquia deverá garantir condições para a sua instalação, nomeadamente através da disponibilização de terrenos ou espaços construídos.

A taxa de referência para o cálculo das necessidades e quantificação das carências, que tem vindo até agora a ser utilizada pela CML, é de 50%, representando um reforço da rede existente em pouco mais de metade das freguesias.

No capítulo Diagnóstico são apresentadas as coberturas actuais, freguesia a freguesia, em que se verifica que das 53 freguesias de Lisboa, 20 oferecem uma cobertura superior a 50%, sendo a cobertura média actual de 36,4 %.

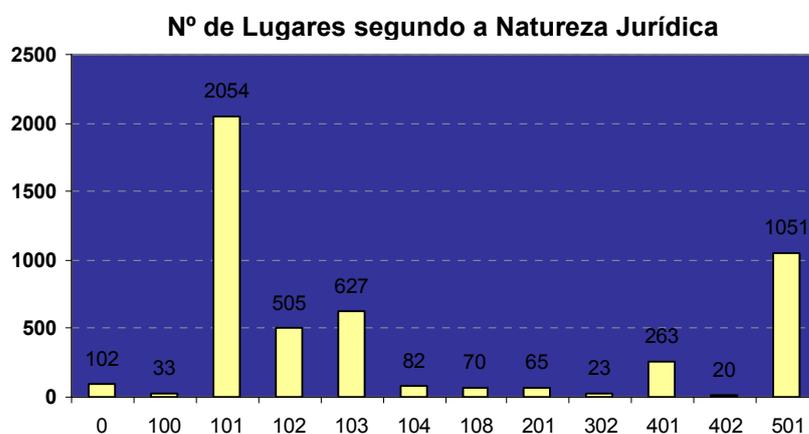
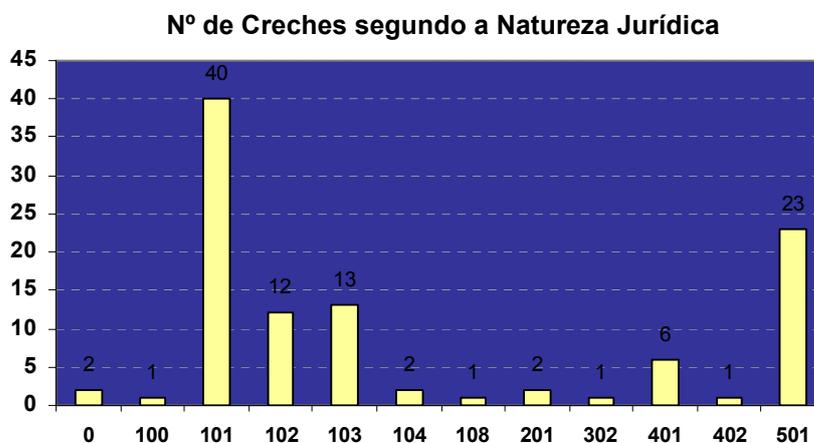
Para a quantificação do número de equipamentos, decorrente do cálculo das carências, é ainda considerada uma capacidade máxima de 35 crianças por equipamento.

4. Caracterização da Rede Pública de Equipamentos Existentes na Cidade de Lisboa

A oferta total de creches na cidade é composta por 153 equipamentos, sendo 49 pertencentes ao sector privado (32%) e 104 à rede pública (68%).

A Rede Pública é assim constituída por 104 creches que asseguram uma oferta de 4 773 lugares. De acordo com a natureza jurídica, predominam as IPSS com 40 equipamentos correspondendo a uma oferta de cerca de 2000 lugares, seguidos da Santa Casa da Misericórdia com 23 equipamentos (1 051 lugares), o que constitui um peso importante na oferta de creches na cidade, dado que uma só instituição assegura 22% da oferta.

O estado detém uma oferta reduzida quer em equipamentos (7) quer em nº de lugares (283).

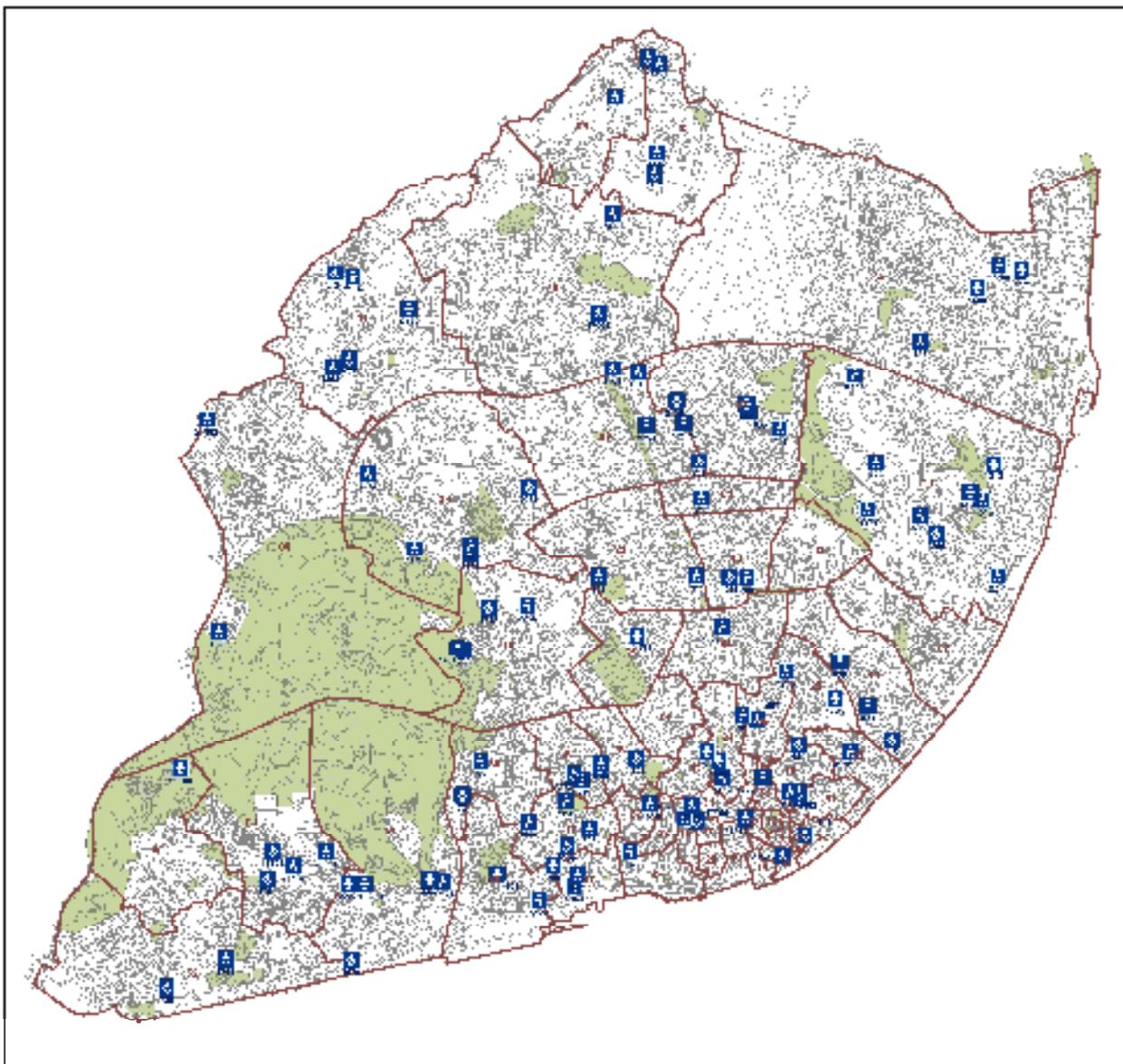


- 0 não identificado
- 100 IPSS – Instituição Privada de Solidariedade Social
- 101 Associação de Solidariedade Social
- 102 Fundação de Solidariedade Social
- 103 Centro Social Paroquial
- 104 Institutos de Organização Religiosa
- 108 outros
- 201 Cooperativa de Solidariedade Social
- 302 Organização Social sem Fins Lucrativos
- 401 CRSS – Centro Regional de Segurança Social
- 402 Autarquia Local
- 501 SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

A capacidade destes equipamentos, totalizando uma oferta de 4 773 lugares, corresponde, de acordo com os critérios atrás descritos, a uma taxa de cobertura média para o concelho de 36,4%.

No entanto, em termos geográficos, a oferta de creches encontra-se distribuída de uma forma desequilibrada na cidade de Lisboa. Enquanto que existem freguesias com um número elevado de equipamentos, outras apresentam um número muito reduzido e 12 não dispõem mesmo de qualquer equipamento da rede pública (Alto do Pina, Beato, Castelo, Coração de Jesus, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Catarina, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão e São Nicolau).

Creches da Rede Pública na Cidade de Lisboa (2009)



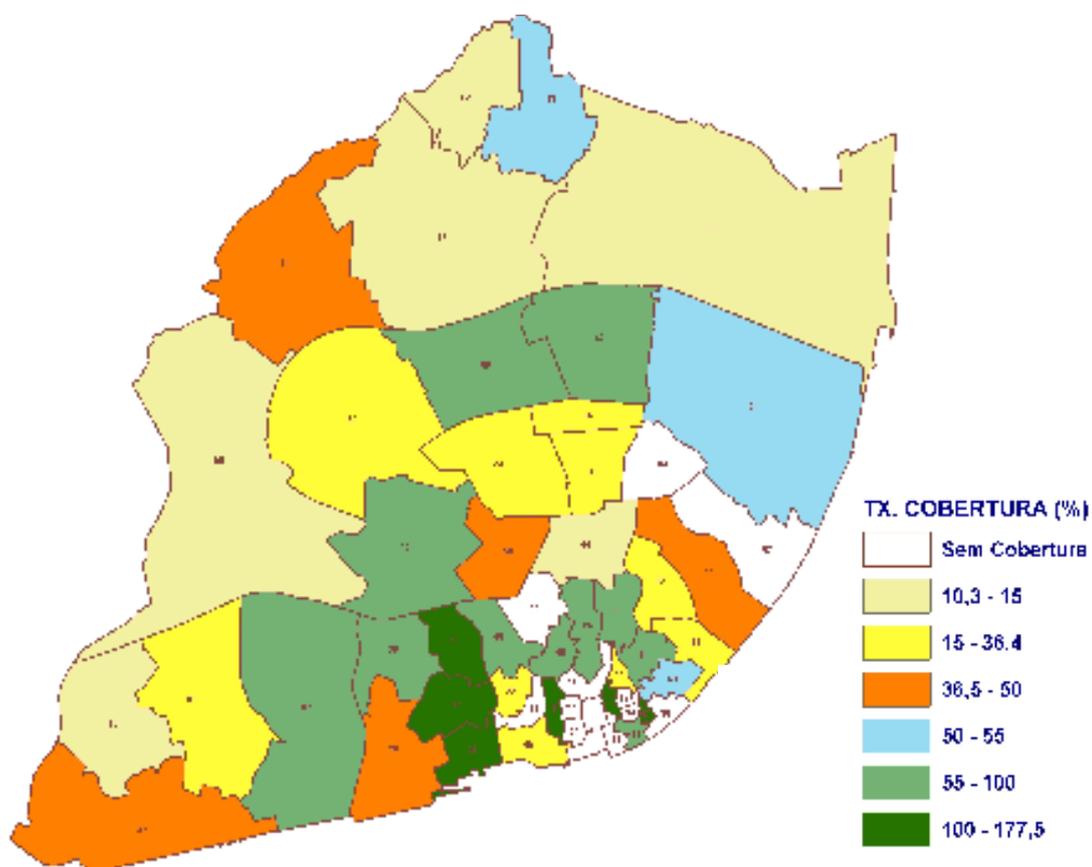
Por sua vez é noutras áreas centrais históricas que se concentra o maior número de estabelecimentos, detendo algumas destas freguesias uma oferta superior a 50%, taxa de cobertura de referência adoptada.

Algumas destas freguesias apresentam mesmo uma cobertura superior a 100% (Encarnação, Lapa, Santa Isabel, Santos-o-Velho, São Cristóvão e S. Lourenço, S. Miguel) o que pode indiciar uma área de influência superior à da freguesia colmatando carências das áreas envolventes ou acolhendo crianças provenientes de outros concelhos que acompanham os pais nas deslocações casa-trabalho, coincidindo algumas destas freguesias com os locais de maior oferta de emprego na cidade.

Para além da área central, existem igualmente freguesias com boa cobertura a ocidente, identificando-se as freguesias de Alcântara, Campolide e Santo Condestável, e a Oriente em que se identificam as freguesias de Campo Grande, São João de Brito e Marvila.

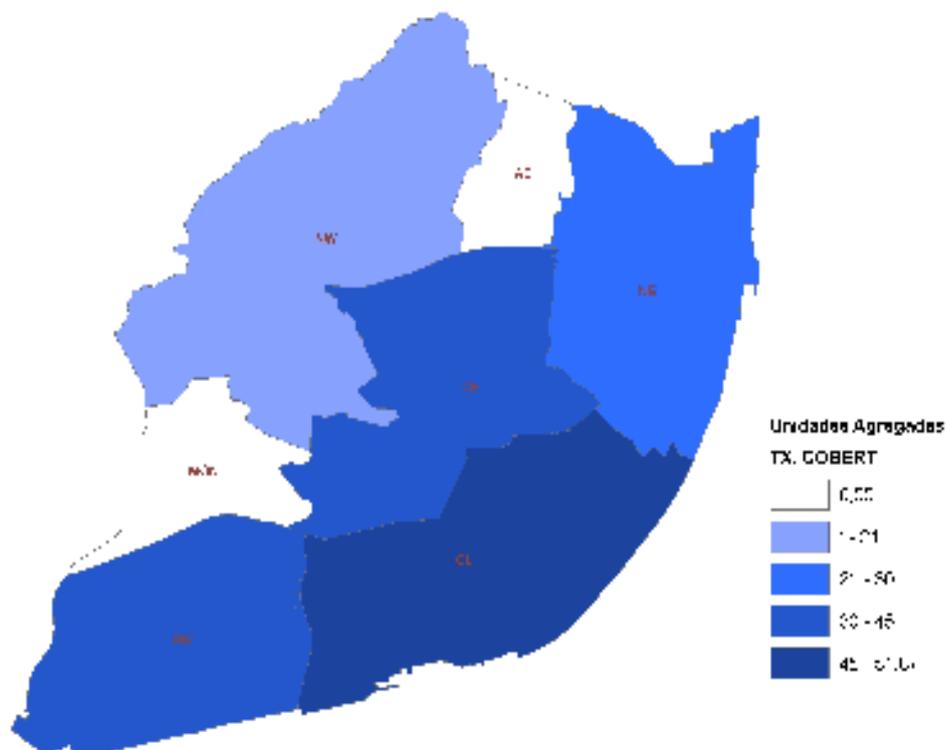
As freguesias com um nível de serviço da rede pública deficitário localizam-se maioritariamente na Coroa Periférica, onde se encontram maioritariamente as novas ocupações habitacionais. Nesta área, à excepção da freguesia da Charneca, todas as freguesias se situam aquém do limiar desejado existindo carências muito acentuadas, com taxas de cobertura iguais ou inferiores 15% (São Francisco Xavier, Benfica, Lumiar, Ameixoeira e Santa Maria dos Olivais).

Taxa de Cobertura de Creches por Freguesia em Lisboa (2009)



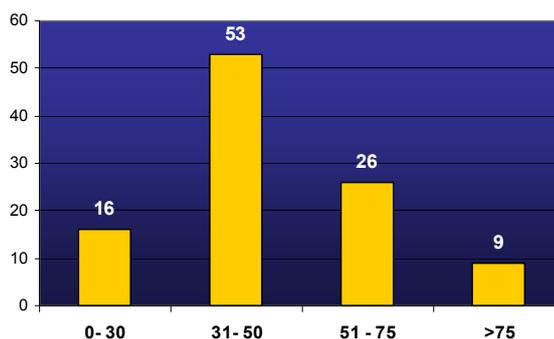
Se considerarmos, não as freguesias como unidade territorial, mas conjuntos de freguesias por unidades agregadas, a coroa periférica Nordeste é a que detêm uma maior carência neste tipo de equipamentos com uma taxa de cobertura média de 19% seguida da coroa

Nordeste com 31%, sendo de salientar que estas áreas da cidade correspondem a zonas de recente transformação urbana e expansão habitacional.



UNID AGREG (Conj. de Freg)	Crianças a servir (50%)	Nº de Equipamentos Existentes	Nº de Lugares Existentes	Taxa de Cobertura (%)
AEROPORTO	0	0	0	0,00
CENTRO	957	18	856	44,72
CENTRO RIBEIRINHO	1856	41	1918	51,67
MONSANTO	0	0	0	0,00
NORDESTE	1103	13	674	30,55
NOROESTE	2092	20	892	21,32
SUDOESTE	543	12	433	39,87
TOTAL	6551	104	4773	36,43

A capacidade destes equipamentos varia entre um máximo de 110 crianças e um mínimo de 12, sendo a dimensão média de 47 crianças e o valor mais frequente de 30 crianças, valor próximo da dimensão máxima aconselhada segundo os critérios de programação para este tipo de equipamentos. Pode contudo afirmar-se que a dimensão mais frequente se situa num intervalo de 30 a 50 crianças.



O quadro seguinte apresenta para cada Freguesia, detalhadamente, a informação atrás referida.

Freguesia	População estimada 2007		Necessidades actuais		Oferta existente			Carências (cobertura a 50%)	
	POP	Crianças 0-2 anos (2,32%)	Crianças 0-2 anos (cobertura 50%)	n.º equip.	n.º lugares	Taxa cobertura (%)	n.º lugares	n.º equip.	
1 Ajuda	15701	364	182	4	118	32,4	64	2	
2 Alcântara	12781	297	148	4	200	67,4	0	0	
3 Alto do Pina	9310	216	108	0	0	0,0	108	3	
4 Alvalade	8921	207	103	1	41	19,8	62	2	
5 Ameixoeira	15546	361	180	1	37	10,3	143	4	
6 Anjos	8341	194	97	2	124	64,1	0	0	
7 Beato	12938	300	150	0	0	0,0	150	4	
8 Benfica	38459	892	446	2	100	11,2	346	10	
9 Campo Grande	10641	247	123	4	173	70,1	0	0	
10 Campolide	13887	322	161	4	239	74,2	0	0	
11 Carnide	21205	492	246	5	201	40,9	45	1	
12 Castelo	493	11	6	0	0	0,0	6	0	
13 Charneca	15242	354	177	4	187	52,9	0	0	
14 Coração de Jesus	3781	88	44	0	0	0,0	44	1	
15 Encarnação	3182	74	37	3	131	177,5	0	0	
16 Graça	6125	142	71	3	120	84,4	0	0	
17 Lapa	7662	178	89	4	219	123,2	0	0	
18 Lumiar	50315	1167	584	3	151	12,9	433	12	
19 Madalena	306	7	4	0	0	0,0	4	0	
20 Mártires	311	7	4	0	0	0,0	4	0	
21 Marvila	40280	934	467	9	507	54,3	0	0	
22 Mercês	4613	107	54	1	30	28,0	24	1	
23 Nossa Senhora de Fátima	13606	316	158	2	95	30,1	63	2	
24 Pena	5572	129	65	2	111	85,9	0	0	
25 Penha de França	11609	269	135	2	89	33,0	46	1	
26 Prazeres	7692	178	89	2	67	37,5	22	1	
27 Sacramento	734	17	9	0	0	0,0	9	0	
28 Sta. Catarina	3537	82	41	0	0	0,0	41	1	
29 Sta Engrácia	4963	115	58	1	32	27,8	26	1	
30 Sta. Isabel	6265	145	73	3	173	119,0	0	0	
31 Sta. Justa	471	11	5	0	0	0,0	5	0	
32 Sta. Maria de Belém	9148	212	106	3	85	40,1	21	1	
33 Sta. Maria dos Olivais	54857	1273	636	4	167	13,1	469	13	
34 Santiago	670	16	8	0	0	0,0	8	0	
35 Sto. Condestável	15201	353	176	3	208	59,0	0	0	
36 Sto. Estevão	1466	34	17	0	0	0,0	17	0	
37 Santos-o-Velho	3241	75	38	2	122	162,3	0	0	
38 S. Cristovão e S. Lourenço	1191	28	14	1	32	115,8	0	0	
39 S. Domingos de Benfica	39586	918	459	5	216	23,5	243	7	
40 S. Francisco Xavier	9267	215	107	1	30	14,0	77	2	
41 São João	14964	347	174	3	146	42,1	28	1	
42 S. João de Brito	11910	276	138	4	186	67,3	0	0	
43 S. João de Deus	9499	220	110	2	67	30,4	43	1	
44 S.Jorge de Arroios	14537	337	169	1	45	13,3	124	4	
45 S. José	2693	62	31	1	40	64,0	0	0	
46 S. Mamede	5462	127	63	2	105	82,9	0	0	
47 S. Miguel	1353	31	16	1	41	130,6	0	0	
48 S. Nicolau	1036	24	12	0	0	0,0	12	0	
49 S. Paulo	2935	68	34	1	14	20,6	20	1	
50 S. Sebastião da Pedreira	4870	113	56	1	55	48,7	1	0	
51 S. Vicente de Fora	3665	85	43	1	45	52,9	0	0	
52 Sé	771	18	9	1	12	67,1	0	0	
53 Socorro	1846	43	21	1	12	28,0	9	0	
	564657	13100	6550	104	4773	36,4	2717	76	

5 Diagnóstico

Se se analisar o quadro da página anterior, verifica-se que das 53 freguesias de Lisboa, 20 apresentam taxas de cobertura acima dos 50%, e destas, 6 apresentam uma taxa superior a 100%.

Algumas destas taxas revelam-se elevadas, dada a pequena dimensão das freguesias em que ocorrem, correspondendo contudo a um n.º reduzido de creches e de lugares.

A freguesia de Santos-o-Velho apresenta por exemplo uma taxa de cobertura das mais elevadas, 162,3%, uma vez que com uma população estimada para 2007 de apenas 3 241 habitantes, necessitaria de apenas 1 creche com 38 lugares, para cobrir 50% de uma população alvo de 75 crianças dos 0 aos 2 anos. Mas em n.º absoluto, dispõe apenas de 2 creches com um total de 122 lugares.

Comparativamente, a freguesia de Santa Maria dos Olivais dispõe do dobro das creches (4), com um total de 167 lugares, que não representam mais do que 13,1% das necessidades.

Como já foi referido, o n.º de freguesias com uma taxa de cobertura abaixo da média do Concelho é elevado, 28 freguesias apresentam uma taxa abaixo dos 36,4% , e destas, mais de metade (18) apresentam uma taxa abaixo dos 15%, enquanto que 12 freguesias não têm qualquer equipamento.

Das 12 freguesias sem qualquer equipamento social para a 1.ª infância, 9 localizam-se na zona histórica ribeirinha, formando um território quase contínuo. Das restantes 3, uma é central (Coração de Jesus) e as outras duas (Beato e Alto do Pina) são contíguas e abrangem uma faixa de território, desde o Areeiro, passando pelas Olaias e Vale de Chelas, até ao rio, e que tem vindo a ser objecto de profundas transformações imobiliárias com a criação de novas áreas habitacionais.

Se bem que possa dar uma imagem de diferentes realidades na cidade, a análise ao nível da freguesia não revela contudo as situações específicas de algumas áreas dentro da freguesia, como por exemplo algumas zonas de ocupação recente como o Parque das Nações ou Telheiras.

Apesar do Parque das Nações se situar numa freguesia que dispõe de creches, ainda que apresentando uma taxa de cobertura muito baixa (13,1%), estas situam-se nas zonas já consolidadas dos Olivais e Bairro da Encarnação, não dispondo o Parque das Nações de

qualquer creche que sirva a população já existente, que se estima já em 2007 em perto de 11 000 habitantes, e que se prevê venha a atingir os 25 000 habitantes.

Situação idêntica é verificada em Telheiras, cuja freguesia (Lumiar) tem 3 creches, localizadas a Nascente da Alameda das Linhas de Torres e que garantem apenas uma cobertura de 12,9% do total das necessidades da população, mas que não dispõe de nenhuma creche no interior do Bairro de Telheiras cuja população ascende em 2007 a mais de 10 000 habitantes.

No quadro do capítulo anterior, para além das taxas de cobertura actuais, calculadas freguesia a freguesia, com base nos critérios já descritos, são igualmente identificadas as carências, resultantes da diferença entre o n.º de lugares identificados como necessários para assegurar a taxa de cobertura de 50% e o n.º de lugares existentes.

Em todas as freguesias em que a cobertura actual é superior a 50%, é considerado não existirem carências.

São igualmente identificadas como não tendo carências, as freguesias cujo n.º de lugares em falta é inferior a 20, capacidade mínima abaixo da qual não se considera justificada a criação de um equipamento.

O n.º de creches em falta é assim de 76, sendo o maior n.º de creches a criar nas freguesias de Santa Maria dos Olivais (13), Lumiar (12), Benfica (10) e S. Domingos de Benfica (7).

Qualquer das 4 freguesias referidas se situa na coroa periférica da cidade, onde têm ocorrido as maiores transformações do uso do solo, com a construção de novas zonas habitacionais.

Das restantes freguesias da coroa periférica (Sta Maria de Belém, S. Francisco Xavier, Carnide, Ameixoeira e Charneca) apenas a freguesia da Charneca apresenta uma cobertura próxima dos 50% (52,9%).

E enquanto que Carnide e Santa Maria de Belém oferecem uma taxa de cobertura acima da média concelhia, 40,9% e 40,1%, respectivamente, as freguesias de S. Francisco Xavier e Ameixoeira dispõem de uma taxa de cobertura inferior a 15% .

Em contrapartida, em 30 freguesias não são identificadas quaisquer carências, seja porque se encontram dotadas de equipamentos que asseguram uma taxa de cobertura igual ou acima da taxa de referência de 50% adoptada (20 freguesias), seja porque o n.º de lugares em falta em cada uma delas é inferior a 20 (9 freguesias).

Os resultados assim obtidos exigem que seja analisada a sua distribuição territorial, dado que existem situações de carência passíveis de serem absorvidas pelo excesso de oferta de freguesias contíguas, assim como o inverso: o somatório de vários valores inexpressivos, que não são considerados como carências, ao ocorrerem em várias freguesias contíguas acaba por ser relevante.

Considerando que o solo é um bem escasso e que não existem igualmente grandes recursos financeiros, uma boa gestão da rede pública existente é fundamental, permitindo eventualmente reduzir o esforço necessário para a satisfação das carências.

No entanto, no primeiro caso, nem sempre é aceitável a associação entre freguesias, ainda que o n.º de lugares em excesso e em falta se possam até anular entre si. A acentuada topografia, a linha de caminho de ferro ou as vias de grande volume e rapidez de tráfego, constituem obstáculos que devem ser considerados.

A localização das creches deve ser também o mais próximo possível dos locais de residência, pelo que a associação de uma freguesia das mais extensas com uma qualquer freguesia confinante representaria um aumento dos percursos acima do aconselhado.

Atendendo a estes critérios, não é aceitável, por exemplo, a associação entre as freguesias de Santa Maria dos Olivais ou do Lumiar, já de si extensas, com as freguesias a Sul da 2.ª Circular, assim como também não será a considerar a associação entre a freguesia da Lapa e a das Mercês, de topografia muito acentuada, ou a de Alvalade com a de Nossa Senhora de Fátima, em que as áreas habitacionais de cada uma se encontram afastadas tendo de permeio a Cidade Universitária e a Av. das Forças Armadas.

Quanto às freguesias de S. Domingos de Benfica e Campolide, apenas a área da primeira, localizada a Sul do caminho de ferro, é associável a Campolide.

Outras associações, se possíveis, como por exemplo as freguesias dos Anjos e da Penha de França, não são relevantes, dado que as carências são superiores ao excesso de oferta, mantendo-se a necessidade do equipamento em falta, ainda que com menor capacidade.

Mas se podem ser reduzidas as carências identificadas, alargando a área de influência em análise, importa também verificar qual o somatório dos lugares em falta, considerados inexpressivos, quando ocorrem em territórios contíguos.

Por exemplo, o território correspondente às 5 freguesias da zona da Baixa/Chiado, que não dispõe de qualquer creche, e em que cada uma das freguesias apresenta necessidades isoladas abaixo dos 20 lugares, corresponde no seu conjunto a um total de 34 lugares, o equivalente a uma creche, equipamento fundamental para a revitalização da população desta zona da cidade.

6. Proposta de Redução de Carências

Dado o elevado número de carências, procedeu-se então à análise das freguesias com excesso de oferta e às carências na sua envolvente, de modo a avaliar-se a viabilidade de se constituírem agrupamentos de freguesias, tendo em vista a sua complementaridade no interior dos limites de uma área de influência alargada e a optimização dos recursos.

Desta análise resulta a viabilidade de redução do número de creches em falta, de 76 para 73.

Os agrupamentos considerados foram os seguintes:

Ajuda / Alcântara

A freguesia da Ajuda apresenta 64 lugares em falta, que poderão ser colmatados em parte pela freguesia de Alcântara, com um excesso de oferta de 52 lugares, reduzindo-se as carências na Ajuda de 2 para 1 creche apenas.

Alvalade / S. João de Brito

A freguesia da Alvalade apresenta 62 lugares em falta, que poderão ser colmatados em parte pela freguesia de S. João de Brito, com um excesso de oferta de 48 lugares, reduzindo-se as carências em Alvalade de 2 para 1 creche apenas.

Santos-o-Velho / Prazeres

Com um excesso de oferta de 84 lugares, a freguesia de Santos-o-Velho poderá absorver os 22 lugares em falta na freguesia dos Prazeres.

S. Catarina / Encarnação

Com um excesso de oferta de 94 lugares, a freguesia da Encarnação poderá absorver os 41 lugares em falta na freguesia de Santa Catarina, que não dispõe de qualquer creche, mantendo ainda um excesso de oferta de 24 lugares. Podendo ser uma solução imediata, deverá a prazo avaliar-se a necessidade de dotar a freguesia de Santa Catarina de equipamentos próprios.

Madalena / Mártires / Sacramento / Santa Justa / S. Nicolau

Isoladamente, as carências em cada uma das freguesias situam-se entre os 4 e os 12 lugares, somando no seu conjunto 34 lugares. Ainda que algumas das freguesias confinantes apresentem um excesso de oferta, o conjunto das 5 freguesias acaba por constituir um território com uma dimensão que justifica a existência de uma creche.

A Rede Pública de Creches assim constituída, através da redução de algumas carências pela associação do território de algumas freguesias, encontra-se representada na planta constante do anexo 1, designada por: **EQUIPAMENTOS EXISTENTES E PROPOSTOS – CARÊNCIAS A SATISFAZER - CENÁRIO 2007.**

Tal como a leitura da Planta revela, para algumas das carências identificadas, existem já soluções, tendo sido já reservados terrenos e estando nalguns casos os projectos já em elaboração ou as obras em curso.

Neste caso, as propostas designam-se por **Propostas com Localização Definida**, identificando-se em seguida a localização e a respectiva freguesia.

Creches Propostas com Localização Definida

Cód.	Localização	Freguesia	Obs.
A	Rua Ferreira Borges, 122	Santa Isabel	em conclusão
B	Bairro Marquês de Abrantes, Rua Alberto José Pessoa	Marvila	em obra
C	Príncipe Real, Rua da Mãe d'Água 44	Mercês	em obra
D	Centro Cívico das Francesinhas – Tv. do Pasteleiro, 48	Santos-o-Velho	em projecto (*)
E	R. Moisés Amzalak	Carnide	terreno reservado
F	R. Prof. Jorge da Silva Horta	Benfica	terreno reservado
6	Total		

(*) substituição de instalações precárias

Existem igualmente soluções de localização de creches em Plano de Urbanização e de Pormenor eficazes, assim como ao longo da actividade de Planeamento e Gestão da Câmara, têm vindo a ser feitas propostas de localização a serem incluídas em Termos de Referência de Planos a elaborar ou nas áreas de cedência em Processos de Loteamento Urbano.

Estes casos, identificados como **Propostas sem Localização Definida**, constam da lista seguinte, sendo indicada a respectiva freguesia ou a mais provável, quando a Área de Intervenção do respectivo Plano abrange mais de uma freguesia.

Creches Propostas sem Localização Definida

Cód.	Localização	Inserção Urbanística	Freguesia	Obs.
1	Alta de Lisboa - Malha 30	PP2 Charneca – CJI 3	Charneca	PU eficaz
2	Campo das Amoreiras	PP2 Charneca – CJI 5	Charneca	PU eficaz
3	Alta de Lisboa - Malha 21.1	Malha 21.1 – CJI4	Charneca	PU eficaz
4	Alta de Lisboa - Malha 15	Malha 15 – CJI1	Lumiar	PU eficaz
5	Benfica	PP Eixo Luz/Benfica	Benfica	PP eficaz
6	Calhariz de Benfica	PP Calhariz de Benfica	Benfica	PP eficaz
7	Rua Emília Eduarda	PU Vale de Chelas – CH1	São João	PU eficaz
8	Estrada de Chelas	PU Vale de Chelas –CH2	Beato	PU eficaz
9	Av. Marechal Costa Gomes	PU Vale de Chelas –CH3	São João	PU eficaz
10	Rua Carlos Botelho	PU Vale de Chelas –CH4	Beato	PU eficaz
11	Vale de Chelas – Rotunda 4	PU Vale de Chelas –CH5	Marvila	PU eficaz
12	Vale de Chelas – Via A	PU Vale de Chelas –CH6	São João	PU eficaz
13	Rua Dr. Manuel Espírito Santo	PU Vale de Chelas –C+JI	Beato	PU eficaz
14	Alcântara	PU de Alcântara	Alcântara	em tramitação
15	Alcântara	PU de Alcântara	Prazeres	em tramitação
16	Vale de Santo António	PU Vale de Santo António	Penha de França	em tramitação
17	Vale de Santo António	PU Vale de Santo António	São João	em tramitação
18	Vale de Santo António	PU Vale de Santo António	Santa Engrácia	em tramitação
19	Envolvente da Estação do Oriente	PU Envolvente da Estação do Oriente	Sta Maria dos Olivais	em tramitação
20	Pedreira do Alvito	PP Pedreira do Alvito	Alcântara	em tramitação
21	Baixa	PP Baixa Pombalina	São Nicolau	em tramitação
22	Parque Hospitalar Oriental	PP Parque Hospitalar Oriental	Marvila	em tramitação
23	Matinha	PP da Matinha	Marvila	em tramitação
24	Benfica	PP Mercado Benfica - Revisão	Benfica	em tramitação
25	Aterro da Boavista	PP Aterro da Boavista	São Paulo	em tramitação
26	Alto do Restelo	PP Alto do Restelo	S. Francisco Xavier	em tramitação
27	Palma de Baixo	PP Palma de Baixo	S. Domingos de Benfica	em tramitação
28	Alto dos Moinhos	PP Alto dos Moinhos	S. Domingos de Benfica	em tramitação
29	Campolide	PP Campus de Campolide	Campolide	em tramitação
30	Amoreiras	PP Amoreiras	Sto Condestável	em tramitação
31	Ameixoeira	PP Azinhaga Santa Susana	Ameixoeira	em tramitação
32	Belém	PP Lisboa Ocidental - Belém	Santa Maria de Belém	em elaboração
33	Sete Rios	PP Sete Rios	S. Domingos de Benfica	em elaboração
34	Bairro Padre Cruz	PP Reconversão do Bairro Padre Cruz	Carnide	em elaboração
35	Bairro da Boavista	Loteam. Municipal Bairro da Boavista	Benfica	em elaboração
36	Estefânea	Loteamento Estefânea Plaza	São Jorge de Arroios	cedência a efectuar
37	Av. Sacadura Cabral ao Campo Pequeno	Loteamento CONSIPOR, SA	São João de Deus	cedência a efectuar

Algumas das creches sem localização definida, constantes da lista anterior, não se destinam à supressão de carências actuais, decorrendo das necessidades geradas pelos PMOT em que se inserem, como sejam os casos do PU do Vale de Chelas, do PU do Vale de Santo António, e das creches propostas para a freguesia da Charneca no âmbito do PU do Alto do Lumiar.

Considerando as carências actuais e as propostas identificadas, apresentam-se nos quadros seguintes de forma simplificada **as carências por satisfazer**.

Agrupamentos de Freguesias

Cód.	Carências 2007 (1 Equip./35 crianças)	Propostas identificadas (1 Equip./35 crianças)	Carências a satisfazer (1 Equip./35 crianças)
1/2 Ajuda/Alcântara	1	2 (a)	0
4/42 Alvalade/São João de Brito	1	0	1
19/20/27/31/48 Madalena / Mártires / Sacramento / Sta Justa / S. Nicolau	1 (b)	1	0
Sub-total	3	3	1

Freguesias

Cód.	Carências 2007 (1 Equip./35 crianças)	Propostas identificadas (1 Equip./35 crianças)	Carências a satisfazer (1 Equip./35 crianças)
3 Alto do Pina	3	0	3
5 Ameixoeira	4	1	3
7 Beato	4	3	1
8 Benfica	10	5	5
11 Carnide	1	2	0
14 Coração de Jesus	1	0	1
18 Lumiar	12	1	11
22 Mercês	1	1	0
23 Nossa Senhora de Fátima	2	0	2
25 Penha de França	1	1	0
29 Santa Engrácia	1	1	0
32 Santa Maria de Belém	1	1	0
33 Santa Maria dos Olivais	13	1	12
39 São Domingos de Benfica	7	3	4
40 São Francisco Xavier	2	1	1
41 São João	1	4 (a)	0
43 São João de Deus	1	1	0
44 São Jorge de Arroios	4	1	3
49 São Paulo	1	1	0
Sub-total	70	27	46
Total	73	30	47

(a) equipamentos previstos para as necessidades decorrentes de futuras ocupações definidas em PMOT.

(b) somatório das necessidades de cada Freguesia, equivalente a 1 equipamento.

Para além dos Planos e Loteamentos atrás identificados, encontram-se ainda em curso outros estudos de iniciativa municipal e outros processos particulares que poderão, a breve prazo, incorporar soluções de localização. A presente lista não é portanto exaustiva e carecerá de actualização permanente.

De assinalar ainda que para as zonas da cidade com mais carências, Lumiar, Ameixoeira e Santa Maria dos Olivais, não se encontram registadas acções de planeamento em curso, com excepção do Plano da Envolvente da Gare do Oriente e da Alteração ao PUAL (Plano de Urbanização do Alto do Lumiar), sendo necessário equacionar o tipo de soluções que poderão colmatar o número elevado de creches em falta.

Nomeadamente, no âmbito da Alteração ao PUAL, deverá ser ponderada a satisfação das necessidades na zona urbana consolidada da Alameda da Linha de Torres / 2.^a Circular, para cuja área o actual PUAL não considera qualquer creche.

7. Metodologia de Completamento e Monitorização

As localizações referidas não só não se encontram definidas na totalidade, como não correspondem também, tal como foi já referido, à satisfação da totalidade das carências identificadas, pelo que se torna necessário manter presente a necessidade de estudo de soluções no decurso da actividade camarária, de gestão e planeamento urbanísticos (Licenciamentos, Loteamentos e PMOT).

É pois indispensável, assegurar um processo de monitorização que garanta, por um lado, o registo das Creches que progressivamente venham a ser instaladas e as soluções nomeadamente de afectação de terrenos e edifícios, que através dos actos de gestão urbanística e aprovação de Planos sejam definidas, e por outro lado, que permita disponibilizar, a cada momento, informação actualizada sobre as carências ainda a satisfazer, aos serviços que no âmbito da sua actividade devem contribuir para a definição das restantes soluções.

8. Actualização e Revisão

Tal como foi já referido, as presentes Orientações Estratégicas constituem, no entanto, apenas uma 1.^a fase da elaboração da Rede Pública de Creches, tendo como cenário a população estimada para 2007, e tendo como objectivo a avaliação das necessidades actuais e a satisfação ou a redução **das carências actuais**.

Importará pois, numa **2.ª fase**, para além da realização dos cálculos das necessidades e carências, baseados num cenário de manutenção demográfica, a que esta fase visa dar resposta, proceder ao estabelecimento da rede de creches na cidade de Lisboa, **atendendo às novas dinâmicas populacionais e às previsões ou decisões sobre a sua evolução**, nomeadamente no âmbito do PDM, cujo processo se encontra em curso.

Mas, independentemente do prosseguimento desse trabalho, importa prever a necessária actualização e revisão das presentes Orientações Estratégicas, em consequência dos resultados censitários de 2011, que constitui um momento e oportunidade únicos, em que os quantitativos populacionais e a sua distribuição no território da cidade serão então conhecidos e deverão substituir as estimativas agora adoptadas, e sobre os quais as necessidades e carências agora apresentadas deverão ser recalculadas.

ANEXO 1

ANEXO 2

ANEXO 3

ANEXO 4

ANEXO 5

ANEXO 6

ANEXO 7

ANEXO 8

ANEXO 9

ANEXO 10

ANEXO 11

Fontes de Informação:

MTSS: Carta Social 2006
www.cartasocial.pt (Maio 2009)
CML/DAS, 2008

INE Censos da População e Habitação 1960, 81, 91 e 2001
Estatísticas Demográficas 2001 a 2007

(2001) INE Inquérito à Fecundidade e Família, 1997
(2008) INE Inquérito ao Emprego

Sites consultados

www.cartasocial.pt
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>
www.oecd.org
<http://www.oecd.org/home>
www.ine.pt
[www. Apd.pt](http://www.Apd.pt)
www.portugal.gov.pt
www.cm-almodovar
www.apfn.com.pt/

Bibliografia

(2008) Cardoso, I; Torres A., Brites R.e Coelho B.”**Novos Sentidos da Família na Europa**”. Seminário Internacional Amar e Trabalhar na Europa.Lisboa.

(2008) Abreu A. e Peixoto J. “**O projecto ARGO 2005:European Cooperation in Labour Migration- Surch for Best Practices**”Apresentação da metodologia e dos principais resultados relativos ao caso português”. III Congresso Português de Demografia; Lisboa.

(2008) **Estatísticas Demográficas 2007**. Destaque do INE Informação à Comunicação Social publicado em 11 de Setembro de 2008.

(2007) Oliveira, Isabel Tiago “**Fecundidade e Educação**” Revista de Estudos Demográficos nº 40, Lisboa INE pp.

(2003) Rosa M. J. V. H. Seabra, Z. Santos “**Contributo dos Imigrantes na Demografia Portuguesa**”, Estudo efectuado para o ACIME

(2002) Almeida A, André I.e Lalandá, P.. “**Novos Padrões e Outros Cenários para a Fecundidade em Portugal**”. Análise Social vol. XXXVII (Verão), pp. 371-409.

(2002) Cunha, Vanessa “**Instituto nacional de Estatística, Inquérito à Fecundidade e Família: resultados preliminares e Inquérito à Fecundidade e Família: resultados definitivos:1997**”. Análise Social vol. XXXVII (Verão) (nº 163), pp.686 a 694.

(2001) Fernandes, A. A. “**A Questão Demográfica: Do declíneo da fecundidade a um debate sobre política familiar**”. Demografia e Dinâmica, Boletim nº 1 Lisboa APD, pp.1-2.

(2000) Wall K. “**Modos de Guarda das Crianças nas Famílias Portuguesas**”. IV Congresso Português de Sociologia,: Coimbra.

(1996) Bandeira, Leston M. “**Teorias da População e modernidade: o caso português**”. Análise Social vol. XXXI (nº 135) (1º), pp. 34-43.

EQUIPA TÉCNICA

CML - CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Departamento de Planeamento Estratégico

Dr.^a Maria Teresa Craveiro (Directora)

Arq.^a Maria João Duarte
Dra. Célia Campos

Apoio técnico:
Arq. Luís Correia
Arq. Pedro Dias

Departamento de Acção Social

Dr.^a Ana Dantas (Directora)

Arq.^a Isabel Serrano (Chefe de Divisão de Equipamentos Sociais)
Dr.^a Dina Moreira (Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento)

Dr.^a Paula Nobre
Dr.^a Helena Fonseca
Dr. Frederico Paixão